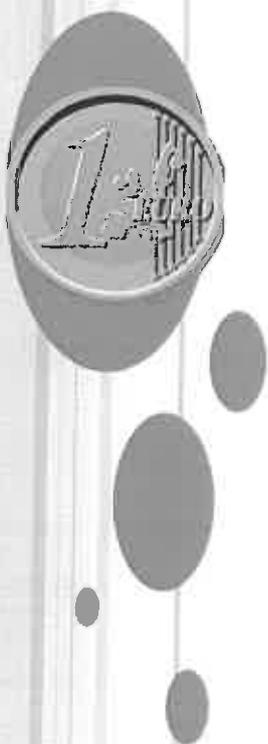


Handwritten signature or initials in the top left corner.



RELATÓRIO E CONTAS | 2016

MUNICÍPIO DE MOGADOURO



Município de
Mogadouro



MUNICÍPIO DE MOGADOURO

DOCUMENTOS

DE

PRESTAÇÃO DE CONTAS

RELATIVOS

AO

ANO FINANCEIRO DE 2016

Aprovado pela Câmara Municipal Em <u>11</u> de <u>AbriP</u> de 2017	Aprovado pela Assembleia Municipal Em ___ de _____ de 2017
---	--

Município de Mogadouro

Câmara Municipal

Relatório de Gestão

do ano de 2016

APROVAÇÕES

Câmara Municipal

Em 11 de abril de 2017

Assembleia Municipal

Em ___ de _____ de 2017



ÍNDICE

I – ENQUADRAMENTO LEGAL	2
II – LINHAS DE INTERVENÇÃO	5
1 - Educação e cultura	5
2 - Saúde e qualidade de vida	8
3 - Desporto	9
4 - Ação Social	9
5 - Segurança	9
6 - Atração e dinamização da iniciativa empresarial	10
III – QREN e Portugal 2020	10
IV – GESTÃO FINANCEIRA	13
1. Análise da Execução Orçamental 2016	16
1.1. RECEITA	17
1.1.1. Execução Orçamental da Receita	17
1.1.2. Evolução e Estrutura da Receita Municipal	19
1.2. DESPESA	31
1.2.1. Execução Orçamental da Despesa	31
1.2.2. Evolução e Estrutura da Despesa Municipal	36
1.2.3. A Despesa na ótica dos Planos	50
1.2.3.1. Plano Plurianual de Investimentos	53
1.2.3.2. Plano de Atividades Municipal	54
2. Endividamento	58
3. Despesas com o Pessoal	62
4. Poupança Corrente	62
5. Fluxos de Caixa e Operações de Tesouraria	63
V – ANÁLISE PATRIMONIAL	64
1. Evolução da Situação económica e Financeira	64
1.1. Análise ao Balanço	65
1.2. Análise à Demonstração de Resultados	71
Proposta de Aplicação dos Resultados	75
Anexo ao Balanço e Demonstração dos Resultados	76



I - Enquadramento Legal

No estrito cumprimento do preceituado nos diplomas legais em vigor, concretamente o que refere a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º e alínea i) do artigo 33.º e da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, foram elaborados os documentos de prestação de contas, relativos ao ano financeiro de 2016, pelo que o órgão executivo submete à apreciação e votação da Câmara Municipal e Assembleia Municipal os documentos de prestação de contas do ano económico de 2016.

Porém, tendo em vista o controlo político, a competência para elaboração da prestação de contas nas autarquias locais é do órgão executivo colegial das autarquias locais (Câmara Municipal e Junta de Freguesia) conforme previsto na alínea i) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o controlo jurisdicional pelo Tribunal de Contas estabelecido na Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto (Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas - LOPTC), e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos Órgãos da tutela da Administração Pública Central.

A obrigação de submissão ao órgão deliberativo para apreciação das contas da autarquia está também patente no n.º 1 do artigo 76º da Lei 73/2013, de 3 de setembro.

O POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei 54-A/99 refere como documentos de Prestação de Contas das autarquias locais que as remetem ao Tribunal de Contas o Balanço; a Demonstração de Resultados; os Mapas de Execução Orçamental; os Anexos às Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão.

Os Documentos de Prestação de Contas são apresentados em obediência à Resolução n.º 4/2001 - 2.ª Secção - Tribunal de Contas, de 12 de Julho de 2001



- Instruções n.º 01/2001 - 2.ª S - Instruções para a organização e documentação das contas das Autarquias Locais e Entidades Equiparadas, abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), publicada no D.R. II.ª Serie, n.º 191, de 18/08/2001 com as alterações introduzidas pela Resolução n.º.6/2013-2ª Secção, publicada no D.R. 226 em 21 de Novembro de 2013.

O Relatório de Gestão é um instrumento importante no diagnóstico e avaliação da evolução da atividade do Município, não só porque a sua função é facultar a leitura dos indicadores económicos e financeiros em relação ao período em análise, mas também porque permite verificar com rigor o modo como os recursos foram utilizados e também o nível de eficiência e eficácia atingidos na prossecução dos objetivos estabelecidos, nos termos das decisões e deliberações dos órgãos autárquicos competentes especialmente aquando da aprovação dos Documentos Previsionais.

O presente documento como é habitual, foi elaborado de acordo com os princípios já atrás enunciados, na estrita observância das normas legais que lhe que lhe estão associadas, com o intuito de elucidar cabalmente os titulares dos órgãos autárquicos e os munícipes em geral sobre os seguintes indicadores:

- A execução orçamental, que reporta o nível de execução orçamental da despesa realizada e o montante da receita arrecadada no ano em análise, bem como os desvios registados relativamente à proposta de execução orçamental aprovada, bem como a avaliação da percentagem de execução das Grandes Opções do Plano divididas pelo Plano Plurianual de Investimentos e das Atividades Mais Relevantes;*
- A situação económica do Município de Mogadouro registada no final do ano em análise, segundo uma perspetiva de evolução da gestão dos*



diferentes sectores de atividade, nomeadamente no que respeita aos investimentos realizados, à estrutura de funcionamento e respetivos custos e proveitos;

- *A situação financeira reportada ao momento de encerramento do exercício, de acordo com indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstrações dos resultados;*
- *A evolução do passivo do Município, tendo em conta a antiguidade da dívida, separando as que são de curto prazo, das que são de médio e longo prazo tanto de como para terceiros;*
- *A proposta de aplicação do resultado líquido do exercício;*
- *Finalmente e caso se venham a verificar, os factos que sejam considerados relevantes que tenham ocorrido após o fecho do exercício.*

De acordo com o estabelecido no POCAL, a análise aos indicadores atrás referidos é apresentada em duas perspetivas distintas:

- Na Perspetiva Orçamental onde estão apresentados os níveis de execução do orçamento, numa ótica de caixa, contemplando uma análise discriminada de toda a receita arrecadada bem como da despesa realizada.

- Na Perspetiva Patrimonial onde estão expostas e analisadas as contas com maior evidência inscritas nos principais documentos contabilísticos, designadamente, no Balanço, na Demonstração dos Resultados e seus anexos. Estes documentos refletem do ponto de vista financeiro, à data de 31 de dezembro de 2016, o património do município, mas também o passivo, bem como a origem da formação dos resultados e o destino dado aos recursos financeiros, no ano económico em análise. Tendo em conta que o Relatório de Gestão é apenas um dos documentos de prestação de contas, para uma completa e mais



cuidada apreciação devem também ser analisados os dados inscritos nos outros documentos que, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, (POCAL) a acompanham, nomeadamente:

- *Balanço;*
- *Demonstração dos resultados;*
- *Mapas de execução orçamental:*
 - *da Receita;*
 - *da despesa;*
 - *das Grandes Opções do Plano.*
- *Mapa de fluxos de caixa;*
- *Mapa de operações de tesouraria;*
- *Anexos às demonstrações financeiras;*
- *Notas ao balanço e à demonstração dos resultados;*
- *Caracterização da entidade;*
- *Relatório de Gestão;*
- *Certificação Legal de Contas.*

Do Relatório de Gestão consta ainda um documento da responsabilidade do Revisor Oficial de Contas com a certificação legal de contas e respetivo parecer e a relação dos encargos assumidos e não pagos à data de 31 de dezembro de 2016.

II – Linhas de Intervenção

1 – Educação e Cultura

A Biblioteca Municipal Trindade Coelho (BMTC) é, se dúvida, um dos mais importantes equipamentos culturais que o Município de Mogadouro coloca ao dispor de todos os Municípes e, neste sentido, pretende constituir-se como um equipamento à escala do seu tempo. Toda a sua organização está pensada numa



lógica contemporânea de Biblioteca Pública, pretendendo responder às necessidades de uma comunidade exigente e às especificidades de uma Sociedade em constante mudança e, nesta lógica, a oferta de informação ultrapassa o documento impresso, apoiando-se em todos os suportes de informação existentes e na Internet.

A Biblioteca como "organismo vivo", como espaço de lazer, de cultura e para a cultura, oferece, também, o Serviço de Extensão Cultural, através do qual promove, para os seus diferentes públicos, atividades culturais de diferentes tipologias. Neste sentido, realizam-se, na Biblioteca Municipal Trindade Coelho (BMTc) diversas atividades: Horas do Conto, Horas do DVD, Ateliês de Expressão Plástica, Visitas Guiadas, Exposições e Mostras Bibliográficas, Apresentações de Livros, Encontros com Escritores, Formações Diversas, entre outras.

No ano de 2016, a Biblioteca Municipal Trindade Coelho (BMTc) foi visitada por 14554 (catorze mil quinhentos e cinquenta e quatro) Utilizadores/Leitores, concretizou 184 (cento e oitenta e quatro) atividades, realizou 3623 (três mil seiscentos e vinte e três) pedidos de empréstimo domiciliário e adquiriu diversos documentos, para atualização do fundo bibliográfico, num valor total de 9.382,54 € (nove mil trezentos e oitenta e dois euros e cinquenta e quatro cêntimos).

Pretende-se, então, desta forma, criar uma Biblioteca do e para o séc. XXI, ativa na sua comunidade e pró-ativa no desenvolvimento de uma sociedade cada vez mais desenvolvida, exigente, consciente, interessada e, acima de tudo, muito informada.

Ainda nesta área:

- Apoiamos a apresentação de vários livros;*



- *Realizamos mais uma edição da Feira do Livro;*
- *Continuámos o apoio às atividades de enriquecimento curricular;*
- *Continuamos a colaborar com o Agrupamento de Escolas em diversas vertentes com patrocínio da Universidade júnior;*
- *Acompanhámos e monitorizámos os diversos setores da atividade educativa, tais como transportes escolares, refeições escolares, equipamentos escolares e pessoal não docente;*
- *Atribuimos auxílios económicos escolares nos Ensinos Pré-escolar, e Básico 1º Ciclo, designadamente através do fornecimento de refeições, prolongamento de horário e oferta dos livros escolares;*
- *Cedemos gratuitamente todos os Transportes Escolares a todos os graus de Ensino de Mogadouro;*
- *Promovemos aulas de música e ginástica, ministradas pelos Técnicos das AEC's, a todos que as pretendam frequentar;*
- *Promovemos o espetáculo de teatro "Com Piolhos e atores";*
- *Organizamos as Comemorações do 25 de abril e das amendoeiras em flor onde se inserem o VIII BTT e a XIV prova do Circuito Nacional de Montanha;*
- *Desenvolvemos ainda um conjunto de atividades direcionadas para crianças, famílias e idosos como dia Mundial da Criança, o concerto de Natal, o 8º. Concurso de Presépios, o IV encontro de máscaras, a prémio Município de Mogadouro aos melhores alunos do Agrupamento de Escolas, o XIV encontro de anciãos, dos Cantares dos Reis e o XVIII Encontro Micológico;*
- *Organizamos as comemorações dos dias Internacional dos Museus e dos Monumentos e Sítios, onde se inclui um passeio pelos mesmos;*



- *Promovemos a inauguração da exposição da ilustração "Trabalhar Pró Boneco" de Diana Félix;*
- *Patrocinamos o concurso de Bovinos de Raça Mirandesa e o encontro de Bandas Filarmónicas.*

2 – Saúde e Qualidade de Vida

- *Promovemos a palestra "Cancro com Humor" com a presença da embaixadora da campanha Marine Antunes;*
- *Concretizámos o programa de Ocupação dos Tempos Livres das crianças e jovens através das Férias de Natal em Movimento,*
- *Procedemos a atribuição de subsídios para compra de medicamentos a 55 pessoas cujo rendimento mensal é manifestamente baixo;*
- *Promovemos a consulta de diagnóstico precoce do cancro da cavidade oral, bem como a realização de uma mega aula de fitness (Liga Portuguesa contra o Cancro) e ainda o 1.º Seminário - ELI de Mogadouro com o tema "Um novo olhar sobre a intervenção precoce na infância";*
- *Fizemos 224 deslocações ao Instituto Português de Oncologia no Porto e outros hospitais para realização de consultas e exames, tendo sido transportadas 888 pessoas que precisavam de cuidados médicos, sendo que muitos destes transportes repetem a mesma pessoa;*
- *Promovemos aulas de dança e de música através da contratação de empresas da especialidade, culminada com o Festival de danças de Salão;*
- *No âmbito do Protocolo de Cooperação do Serviço de Teleassistência domiciliária, estiveram em funcionamento 36 aparelhos para idosos em situação de dependência/isolamento social;*

- *Mantemos o protocolo de colaboração do Planalto Mirandês para os cuidados paliativos:*

3 – Desporto

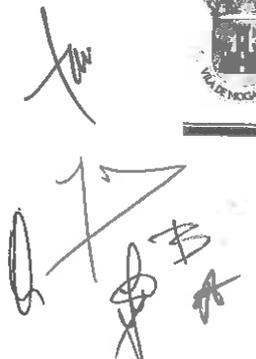
- *Organizamos a Gala do Desporto;*
- *Apoiamos através da concessão de subsídios e cedência de transporte, as Associações desportivas do concelho;*
- *Realizamos o torneio de futebol inter aldeias;*
- *Promovemos aulas de ginástica, acompanhadas por técnicos da especialidade;*
- *Apoiamos os passeios pedestres organizados nas diversas freguesias e também o XIV Circuito inter clubes de tiros desportivos;*
- *Organizamos mais um Red Burros Fly-In.*

4 – Ação social

- *Promovemos mais uma edição da Feira Social;*
- *Apoiamos 4 famílias carenciadas através do pagamento das rendas de suas habitações;*
- *Procedemos à melhoria de alojamento de 5 famílias com dificuldades financeiras com grandes reparações nas suas casas;*
- *Apoiamos financeiramente instituições de solidariedade social, como a Santa Casa de Misericórdia e Cruz Vermelha através da celebração de protocolos;*
- *Atribuímos subsídio para compra de aparelho ortopédico a uma jovem e para suporte das despesas com um funeral;*

5 – Segurança

- *Mantemos o apoio e o acompanhamento da Comissão Municipal de Proteção Civil;*

- 
- *Continuámos a apoiar, através da celebração de protocolos, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Mogadouro tendo em vista a melhor gestão do Corpo de Bombeiros;*
 - *Continuámos a acompanhar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens na promoção dos direitos da criança e na prevenção do risco.*

6 - Atração e Dinamização da Iniciativa Empresarial

- *Atribuímos de acordo com o Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais Económicas de interesse Municipal, para apoio à criação/manutenção de postos de trabalho, subsídios a trinta e oito empresas, que originaram a criação de 42 empregos subsidiando ainda uma outra na implantação de uma cunicultura.*
- *Continuámos a apostar na organização e/ou apoio de eventos que potenciem a valorização da gastronomia e na promoção dos produtos locais, nomeadamente através da Feira dos Gorazes, Feira Franca/Amendoeiras em flor e Festival Terra Transmontana, que além de permitirem uma maior visibilidade e melhor oferta de negócio dos produtos regionais, expostos pela população do concelho, atrai também a participação de expositores dos mais variados e longínquos locais do país.*
- *Apoiamos os produtores pecuários nas despesas com a vacinação.*

III – QREN E PORTUGAL 2020

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

No ano de 2016 começaram a ser aprovadas as primeiras candidaturas do Portugal 2020, no entanto a receita arrecada durante o ano, diz ainda respeito ao QREN 2007/2013 que se prolongou no tempo com candidaturas aprovadas após o seu término, cujo financiamento não foi recebido totalmente.



O quadro que se segue reflete os montantes apresentados e aprovados para o Município de Mogadouro, nos diversos programas que tiveram execução ou ainda não estão concluídos, excluindo os que apenas faltavam receber os 5% finais.

Data	Programa	Designação	Valor Elegível	Comparticipação
30/04/2015	ON 2	Centro de Interpretação do Mundo Rural	1.117.327,96 €	949.728,77 €
15/06/2015	POCTEP	Cilindro e Trator	114.350,00 €	85.762,50 €
30/06/2015	FRONTECO	Pavimentação do Castelinho à Zona Industrial	140.000,00 €	105.000,00 €
05/08/2015	ON 2	Requalificação do Parque Infantil do Bairro S. Sebastião/Polidesportivo	116.600,00 €	99.110,00 €
05/08/2015	ON 2	Requalificação dos Polidesportivos do Concelho	262.235,24 €	222.004,69 €
23/09/2015	POVT	Depósito de água do Penedo e adutora entre Penedo e o Castelinho	145.543,96 €	123.712,37€
19/12/2016	NORTE 2020	Casa das Associações/Antigo edifício do Banco Pinto & Sotto Mayor	282.936,43€	240.495,97€
Totais			2.178.993,59 €	1.825.814,30 €

Assim, no final do ano 2016, o Município de Mogadouro, tinha aprovado no âmbito de Fundos Comunitários, um envelope FEDER de 1.825.814,30 €, o que correspondia a um volume de investimento de 2.178.993,59 €.

Destas candidaturas, no final de 2016, com exceção da Casa das Associações, a única aprovada ao abrigo do Portugal 2020 no programa NORTE 2020, os projetos estavam física e financeiramente concluídos, sendo que de acordo com o constante no mapa que se segue, alguns deles ainda não obtiveram qualquer pagamento por parte das entidades financiadoras. O mapa contém também os valores totais pagos e saldos por pagar, relativamente a todos os projetos que aguardam o fecho das mesmas pelas entidades competentes.



<i>Projetos</i>	<i>Valor Pago</i>	<i>Saldo</i>
Centro de Interpretação do Mundo Rural	476.230,91 €	0,00 €
Cilindro e Trator	0,00 €	85.762,50 €
Pavimentação do Castelinho à Zona Industrial	0,00 €	105.000,00 €
Requalificação do Parque Infantil do Bairro S. Sebastião/Polidesportivo	99.110,00 €	0,00 €
Requalificação dos Polidesportivos do Concelho	222.005,08 €	0,00 €
Depósito de água do Penedo e adutora entre Penedo e o Castelinho	123.712,37 €	0,00 €
Loja Interativa de Turismo de Mogadouro	123.464,54 €	0,00 €
Núcleo de Cozinhas Regionais de Mogadouro	1.109.678,83 €	0,00 €
Recuperação e Valorização ambiental da Ribeira do Juncal	1.089.154,60 €	0,00 €
Centro de aldeia tecnologia - Escola Primária de Valverde	127.139,90 €	0,00 €
Escola do 1.º. CEB e Jardim de Infância de Mogadouro	1.977.578,55 €	0,00 €
Polidesportivos descobertos em S. Martinho, Fonte Nova e Castelo Branco	124.057,50 €	0,00 €
Ação de requalificação do centro Histórico de Mogadouro -1.ª. fase e Largo do Convento	1.930.992,30 €	0,00 €
Ação de requalificação do centro Histórico de Mogadouro -2.ª. fase	1.449.385,05 €	0,00 €
Beneficiação da rede E.M 595 - Pav. da E.M 595 da E.N.221 a Peredo de Bemposta	621.473,72 €	0,00 €
Beneficiação da rede municipal - Diversas estradas	1.315.669,84 €	0,00 €
Escola do 1.º. CEB e Jardim de Infância de Mogadouro - Arruamento Periférico	99.435,67 €	0,00 €
Casa das Associações- Antigo Banco Pinto & Sotto Mayor	0,00 €	240.495,97 €
TOTAIS	10.889.088,86 €	431.258,47 €

De acordo com o quadro supra, podemos constatar que a maioria das candidaturas está fechada, e que no final do ano, o Município de Mogadouro tem a receber por parte das entidades financiadoras, o valor de 431.258,47 euros.



Em parceria com a Associação de Municípios do Douro Superior, estão aprovadas as candidaturas "Grande Rota do Douro Internacional e Douro Vinhateiro" e a "Rede Regional de Percursos Pedestres do Douro Superior".

Em nome do Município, estão neste momento várias candidaturas submetidas, a aguardar decisão superior.

IV - GESTÃO FINANCEIRA

Principais indicadores da Gestão Orçamental

Com a entrada em vigor da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, foram introduzidas alterações à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA, entretanto regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, sobre a aplicação de regras novas na assunção de compromissos e pagamentos em atraso das entidades públicas. Importa aqui realçar que a LCPA continua a representar um importante instrumento de controlo da execução orçamental, pois ao impor o cálculo dos fundos disponíveis antes da assunção de qualquer compromisso, funciona como medida cautelar na gestão municipal, ou seja, se o orçamento municipal estiver sobre orçamentado do lado da receita, aquela Lei, impede a realização de nova despesa porque esta só pode ser assumida se for verificada a existência de fundos disponíveis para a pagar. Também os encargos da dívida transitada de exercícios anteriores além de terem que estar inscritos no orçamento do novo ano económico, devem ser os primeiros a ser registados nos fundos disponíveis porque a Lei impõe que só depois de registados esses compromissos se pode avançar com novas despesas, desde que as mesmas tenham cobertura nos fundos disponíveis. Conclui-se assim que com a mais recente versão da LCPA se reduz consideravelmente o risco orçamental, porque quer as aquisições como a



execução de obras ou mesmo a atribuição de subsídios e outros apoios dependem da existência dos recursos financeiros.

O presente Relatório de Gestão do Município de Mogadouro, pelo conjunto dos elementos e informação reunidos, permite analisar a atividade desenvolvida no Município durante o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2016, possibilitando justificar os níveis de execução alcançados e retratar a situação económica e financeira da autarquia.

Começando por apresentar uma síntese da execução orçamental do Município de Mogadouro durante o ano de 2016, pela análise do mapa seguinte pode constatar-se que o valor dos fluxos financeiros totaliza 15.993.899,86€. Foram efetuados pagamentos no valor de 12.362.475,97€, desagregados em despesas correntes 8.860.537,00 euros, e despesas de capital 3.501.938,97 euros. Por outro lado, o valor dos recebimentos totalizou 13.255.681,45 euros, acrescidas do saldo transitado da gerência anterior no valor de 2.116.032,13 euros. O valor das receitas correntes foi de 11.653.088,79 euros, enquanto as receitas de capital totalizaram 1.599.602,18 euros. Destaca-se o facto de o valor transitado para a gerência seguinte (ano 2017) ter sido de 3.043.633,90 euros, desagregando-se em execução orçamental o valor de 2.571.486,50 euros e operações de tesouraria o valor de 472.147,40 euros.

<i>Recebimentos</i>		<i>Pagamentos</i>	
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	2.116.032,13 €	DESPESAS ORÇAMENTAIS	12.362.475,97 €
<i>Execução Orçamental</i>	1.678.281,02 €	<i>Correntes</i>	8.860.357,00 €
<i>Operações de Tesouraria</i>	437.751,11 €	<i>Capital</i>	3.501.938,97 €
RECEITAS ORÇAMENTAIS	13.255.681,45 €	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	587.789,99 €
<i>Correntes</i>	11.653.088,79 €	SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	3.043.633,90 €
<i>Capital</i>	1.599.602,18 €	<i>Execução Orçamental</i>	2.571.486,50 €
<i>Outras</i>	2.990,48 €	<i>Operações de Tesouraria</i>	472.147,40 €
OPERAÇÕES DE TESOURARIA	622.186,28 €		
TOTAL	15.993.899,86 €	TOTAL	15.993.899,86 €

**COMPARAÇÃO ENTRE O ORÇAMENTO INICIAL, FINAL E O ORÇAMENTO EXECUTADO**

O quadro global da receita e despesa evidencia o Orçamento Inicial e Final, a sua variação, execução e respetivos desvios no ano 2016.

CAPÍTULOS	Previsão Inicial	Previsão Final	Execução	Taxa de Execução %
RECEITAS				
Correntes	11.547.208,00 €	11.547.208,00 €	11.653.088,79 €	100,90%
Capital	6.425.753,00 €	2.592.350,25 €	1.599.602,18 €	61,70%
Outras	0,00 €	1.683.402,75 €	1.681.271,50 €	99,90%
TOTAL	17.972.961,00 €	15.822.961,00 €	14.933.962,47 €	94,40%
DESPESAS				
Correntes	9.861.083,00 €	9.861.083,00 €	8.860.537,00 €	89,90%
Capital	8.111.878,00 €	5.961.878,00 €	3.501.938,97 €	58,70%
TOTAL	17.972.961,00 €	15.822.961,00 €	12.362.475,97 €	78,10%

O Orçamento para 2016 apresentava um valor de 17.972.961,00€ para a dotação inicial prevista, sendo o valor para a dotação final alterado para 15.822.961,00€, da qual 11.547.208,00€ correspondia a receitas correntes, 2.592.350,25€ a receitas de capital e 1.683.402,75€ a outras receitas, resultante de revisão ao orçamento pela inclusão do saldo do ano anterior.

As alterações no valor global do orçamento da despesa, ocorridas ao longo do ano, fixaram os valores das despesas correntes em 9.861.083,00 € e o das despesas de capital em 5.961.878,00 €.

Comparando a execução da receita e despesa com os valores previstos no Orçamento Final, obtém-se uma taxa de execução da receita de 94,4% e da despesa de 78,10%, tendo em consideração os valores arrecadados de receita e os valores pagos da despesa.



MODIFICAÇÕES AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

Para a elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016 foram seguidos os princípios e regras previstas no ponto 3 do POCAL, procurando-se aproximar o mais possível a previsão, do real, o desempenho do Município.

Tratando-se de um documento de natureza previsional, a sua execução implica com naturalidade a existência de alguns ajustamentos, procedendo-se assim à realização de alterações orçamentais, que introduziram modificações quer nas receitas quer nas despesas, ajustando assim as previsões orçamentais. Nesse sentido, durante o ano em apreciação, foram operadas duas revisões ao Orçamento da Receita e 22 alterações ao Orçamento da Despesa.

O Plano Plurianual de Investimentos sofreu ao longo de 2016, uma revisão e 19 alterações, e o Plano de Atividades Municipais, 19 alterações.

O Orçamento final foi aprovado pelo valor de 15.822.961,00€, dos quais foram cabimentados 15.275.375,99€, comprometidos 15.116.876,46€ e faturados 12.403.626,73€. Destes foram pagos 12.362.475,97€.

I. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2016

A execução do Orçamento permite apurar os recebimentos e os pagamentos efetuados durante o ano 2016, por tipologia de rubrica orçamental e por setor de atividade, bem como os respetivos desvios face ao previsto e ao período homólogo do ano anterior. Para além disso, dão-se a conhecer as rubricas com maior peso no total do orçamento e as rubricas alvo de maior investimento por parte do executivo e respetivas fontes de financiamento.

Para avaliar a execução do orçamento, é feita uma análise às rubricas mais significativas quer da receita, quer da despesa.

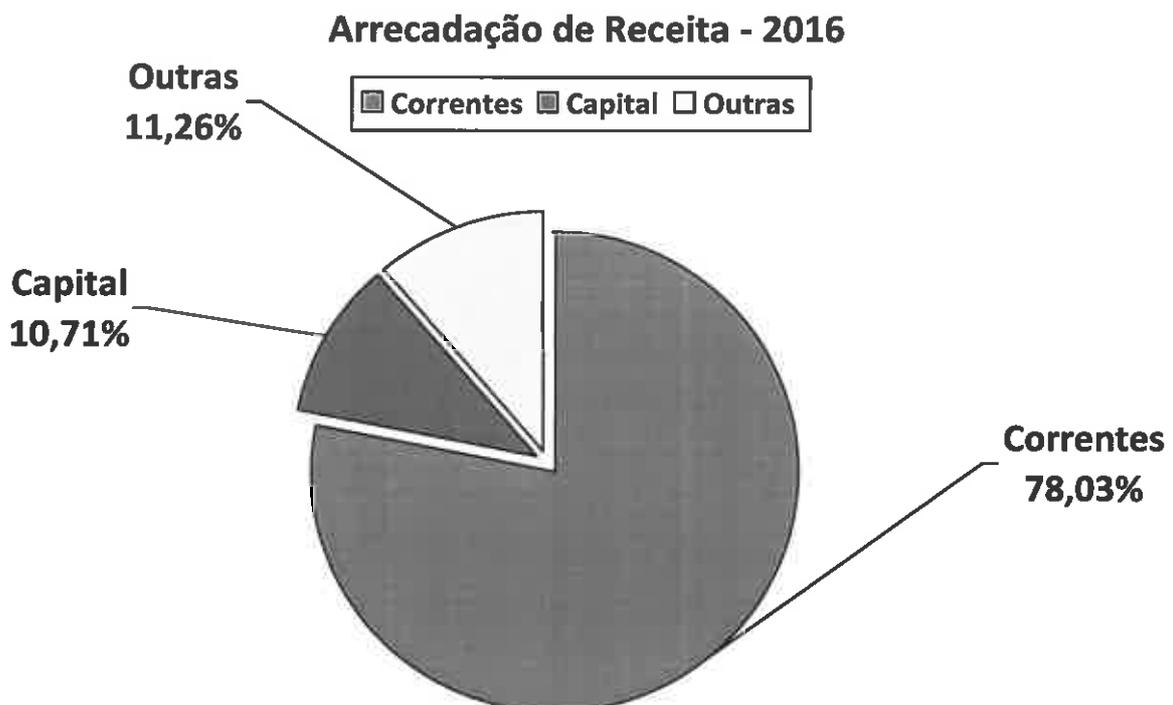
I.1. RECEITA

As receitas municipais agrupam-se segundo a sua natureza económica em Receitas Correntes e Receitas de Capital, em obediência ao disposto no classificador económico, disponibilizado pela DGAL, o qual classifica a receita por capítulos.

A classificação económica das receitas, corresponde à sua distribuição de acordo com o critério de proveniência dos recursos.

I.1.1. Execução Orçamental da Receita

O montante de Receita Total arrecadada em 2016, ascendeu a 14.933.962,47€, correspondendo o montante de 11.653.088,79€, a receita corrente, o montante de 1.599.602,18€, a receita de capital e 1.681.271,50€ a outras receitas, onde está incluído o saldo da gerência anterior.





A análise da receita tem por base o comparativo entre os valores previsionais e os valores efetivamente cobrados neste período.

Serão identificadas as parcelas mais relevantes da estrutura da receita e justificadas as principais variações. Para tal, será efetuada uma análise comparativa dos valores executados com os previstos, bem como das variações verificadas com o ano anterior.

Receitas - 2015

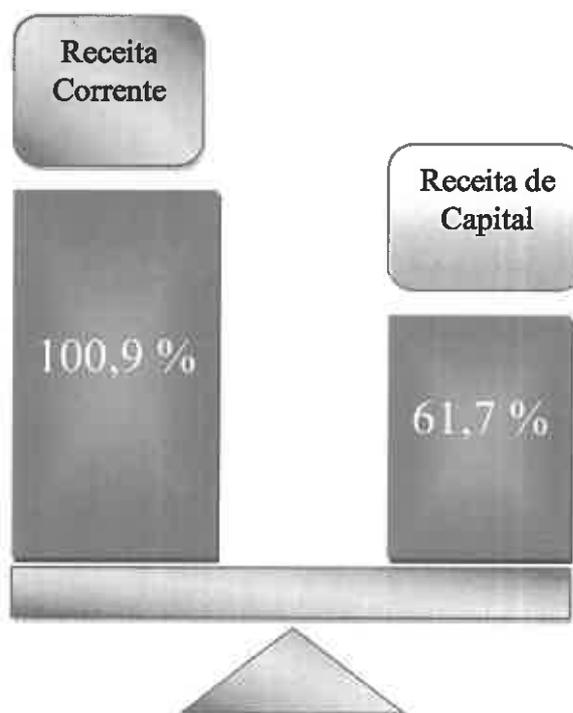
Natureza	Previsão Inicial	Previsão Final	Execução	Taxa de Execução %
Correntes	11.418.836,00 €	11.418.836,00 €	11.098.467,00 €	97,19%
Capital	6.981.276,00 €	5.237.851,18 €	2.940.265,09 €	56,13%
Outras	0,00 €	3.128.724,82 €	3.128.220,95 €	100,00%
TOTAL	18.400.112,00 €	19.785.412,00 €	17.166.973,65 €	86,77%

Ao compararmos os valores do mapa supra com os do ano em análise, regista-se um aumento da receita corrente no valor de 554.621,79€, em contraponto com a receita de capital que registou uma diminuição de 1.340.662,91€.

A taxa de execução global da receita cifrou-se nos 94,4% (mais 7,6% do que a registada na gerência 2015, mas inferior no valor), cumprindo-se o disposto no n.º 3 do art.º 56.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o qual estipula que caso o município registre durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista inferior a 85%, são informadas a DGAL e os membros do governo responsáveis pelas finanças e administração local (regime de alerta precoce de desvios).

Como se pode verificar no esquema seguinte, a receita corrente apresenta uma percentagem de execução, consideravelmente superior à registada nas receitas de capital.

Taxas de Execução da Receita - 2016



1.1.2. Evolução e Estrutura da Receita Municipal

RECEITAS CORRENTES

As receitas correntes são, por natureza, as que detêm maior impacto na receita total. Este agregado da receita contribuiu com 11.653.088,79€ para o total da receita com uma execução de 100,9%.

Fazemos agora uma análise ao desempenho da receita corrente ao nível da previsão orçamental e sua cobrança, bem como a análise relativamente ao período homólogo do ano anterior.



Descrição	2016				
	ORÇAMENTO FINAL	RECEITA COBRADA BRUTA	PESO ESTRUT. (CORRENTES)	PESO ESTRUT. RAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO %
Recostas correntes					
IMPOSTOS DIRETOS	915.110,00 €	1.099.132,83 €	9,43	7,36	120,11
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	682.110,00 €	773.162,63 €	6,63	5,18	113,35
Imposto Único de Circulação	155.452,00 €	157.570,65 €	1,35	1,05	101,36
Imp. Mun.s/ T. Onerosas Imóveis (IMT)	77.518,00 €	168.399,55 €	1,45	1,13	217,24
Impostos Abolidos e outros	30,00 €	0,00 €	-	-	-
IMPOSTOS INDIRETOS	55.445,00 €	56.195,75 €	0,48	0,38	101,35
TAXAS, MULTAS OUTRAS PENALIDADES	143.420,00 €	164.040,73 €	1,41	1,10	114,38
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	558.114,00 €	722.175,64 €	6,20	4,83	129,40
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.806.805,00 €	8.511.461,96 €	73,04	56,99	96,65
FEF - Fundo Equilíbrio Financeiro	7.531.681,00 €	7.640.726,00 €	65,57	51,16	101,45
FSM - Fundo Social Municipal	177.796,00 €	177.796,00 €	1,53	1,19	100,00
Participação Fixa no IRS	137.174,00 €	130.718,00 €	1,12	0,88	95,29
Outras	960.154,00 €	562.221,96 €	4,82	3,76	58,55
VENDA BENS SERVIÇOS CORRENTES	970.730,00 €	1.036.452,95 €	8,89	6,94	106,77
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	97.584,00 €	63.628,93 €	0,55	0,43	65,20
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	11.547.208,00 €	11.653.085,79 €	100,00	78,03	100,92

Tendo em conta que as receitas correntes são as que, por regra, provêm do rendimento do próprio período económico, como se verifica da análise aos dois anos, comparativamente a 2015, houve uma variação positiva de 5% no total das receitas correntes cobradas, explicado pelo maior valor arrecadado na totalidade das rubricas com exceção das outras receitas correntes. Os impostos diretos e as transferências correntes foram as que tiveram maior variação.

Conclui-se da análise ao quadro anterior, que na estrutura de execução da receita corrente representada e como em anos anteriores, o município depende essencialmente da receita proveniente das transferências correntes (OE), pois esta tem um peso de 73,4% do total das Receitas Correntes, ficando portanto muito longe da cobrança dos Impostos Diretos e da Venda de Bens e Serviços Correntes, que apenas e no seu conjunto, representa 18,32% das receitas correntes e 14,3% da receita total.



O rigor na elaboração do orçamento, permitiu-nos que a execução da receita corrente com uma taxa de 100,9% ultrapassasse o valor previsto.

Já em relação ao valor global da receita, excepcionando o saldo do ano anterior, regista uma diminuição de 783.071,25€ em relação a 2015, que como mais adiante se analisará, resulta exclusivamente da diminuição das transferências de capital.

Tendo em conta a sua importância para o financiamento das despesas certas e permanentes municipais, que por sua vez têm tendência a crescer, fruto das necessidades de manutenção das infraestruturas e equipamentos municipais, grande parte deles construídos com apoios comunitários nas últimas décadas, para além do reforço de competências delegadas da administração central nos municípios o aumento da receita corrente é de relevar.

IMPOSTOS DIRETOS

Quanto aos Impostos Diretos cobrados, representam 9,43% do total das receitas correntes, e 7,36% da receita total, estes tiveram uma taxa de execução de 120,11% e um crescimento de 16,4% no decurso do exercício de 2016 face a 2015, equivalente a 154.879,84 euros, conforme detalhe que se segue.

Descrição	2016	2015	Var. €	Var. %
Receitas	Receita cobrada bruta			
Impostos Diretos:	1.099.132,83	944.252,99	154.879,84	16,4
- Imposto Municipal s/ Imóveis	773.162,63	700.735,65	72.426,98	10,3
- Imp. Municipal s/t. O. Imóveis	168.399,55	91.166,79	77.232,76	84,7
- Imposto Único de Circulação	157.570,65	152.350,55	5.220,10	3,4

As receitas arrecadadas com o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) apresentam uma variação ascendente de 10,3 % quando comparada com o ano de



2015 ou seja, 72.426,98 euros em termos nominais. A taxa de execução desta rubrica foi de 120,11% superando assim o valor orçamentado.

O Imposto Único de Circulação (IUC) que incide sobre os veículos, apresenta uma variação positiva de 3,4%, ou seja de 5.220,10 euros, quando comparado com o seu desempenho de 2015. Relativamente ao montante previsto pelo Município, em orçamento, verifica-se também ter havido um acréscimo, dado que a taxa de execução foi de 101,36%.

O Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas (IMT) apresenta um aumento considerável de 84,7 % para o mesmo período, o que significa, em termos nominais, um acréscimo de 77.232,76 euros e uma taxa extraordinária de execução de 217,24%. Esta situação poderá considerar-se como um indicador positivo da economia local, pois espelha o efeito das transações económicas no Concelho.

IMPOSTOS INDIRECTOS

Á semelhança dos impostos diretos verifica-se também que os Impostos Indiretos, as Taxas Multas e Outras Penalidades e os Rendimentos de Propriedade sofreram um aumento considerável face ao ano 2015. No que respeita à rubrica de Impostos Indiretos, a maior evolução no ano 2016 comparativamente com o ano 2015 de 9,5%, está associada à receita dos mercados e feiras, que ascendeu a 44.714,00 euros, no ano 2016 ou seja mais 3.877,00 euros do que em 2015. Foram cobrados ao todo 56.195,75 euros, sendo que das diversas classificações que compõe esta rubrica e sendo a anterior referida, a que mais contribuiu para o resultado obtido. As cobranças classificadas na rubrica "Loteamentos e Obras" (2.049,04 euros), "Ocupação da Via Pública (1.570,00 euros) e "Publicidade" (7.776,91 euros) representam apenas 20,28% do montante total da referida rubrica.

**TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES**

Este conjunto com o total de 164.040,73 euros, engloba a cobrança de taxas do capítulo anterior mas pagas por particulares, tendo no ano de 2016 registado um acréscimo de 14,05% equivalente a 20.206,92 euros. Trata-se contudo, de uma rubrica com um ciclo instável de cobranças, pelo que nem sempre depende do Município, a sua melhor execução.

A rubrica com maior impacto é a do saneamento, cujo valor nominal é de 87.818,92 euros e que por si só representa 53,53% do total, cabendo à cobrança de taxas de loteamento e obras (21.403,99 euros), ocupação de via pública (1.911,00 euros) e outras taxas diversas (52.906,82 euros), o valor restante deste grupo.

A taxa de execução foi de 114,4% face ao valor previsto na elaboração do orçamento.

RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE

Os Rendimentos de Propriedade com um total de 722.175,64 euros, também tiveram um acréscimo de 49,1%, equivalente a 237.934,56 euros, face aos valores arrecadados no ano 2015. A explicação para esta situação deve-se ao facto da receita da EDP pelas rendas de concessão em 2015 terem sido arrecadadas apenas 3 trimestres, e em 2016 ter entrado a receita correspondente a 5 trimestres (1 de 2015 e 4 de 2016). Nesta rubrica são considerados essencialmente os rendimentos obtidos da EDP pela concessão, bem como o rendimento proveniente da produção de energia do parque eólico existente no Concelho.

Neste grupo que se excluirmos o valor das rendas, resta apenas a receita proveniente da participação do Laboratório Regional de Trás os Montes com



6.818,18 euros, regista-se uma taxa de execução de 129,4%, contribuindo assim com 6,20%, para o total da receita corrente.

Quadro das variações dos Impostos Indiretos, Taxas, Multas e outras Penalidades e Rendimentos de Propriedade:

Descrição	2016	2015	Var. €	Var. %
<i>Receitas</i>	<i>Receita cobrada bruta</i>			
<i>Impostos Indiretos</i>	56.195,75	53.986,55	2.209,20	4,09
<i>Taxas, Multas e O. Penalidades</i>	164.040,73	143.833,81	20.206,92	14,05
<i>Rendimentos de Propriedade</i>	722.175,64	484.241,08	237.934,56	49,14

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As Transferências correntes são, dentro do domínio das receitas correntes, as que mais contribuíram para o valor da receita obtido em 2016, representando 56,99% do total das receitas arrecadadas, e 73,04% das receitas correntes.

Descrição	2016	2015	Var. €	Var. %
<i>Receitas</i>	<i>Receita cobrada bruta</i>			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES:	8.511.461,96	8.352.855,54	158.606,42	1,90
Empresas Públicas	277.182,45	249.944,82	27.237,63	10,90
FEF - Fundo Equilíbrio Financeiro	7.640.726,00	7.531.681,00	109.045,00	1,45
FSM - Fundo Social Municipal	177.796,00	177.796,00	0	0
Participação Fixa no IRS	130.718,00	137.174,00	-6.456,00	-4,94
Outros	129.630,31	146.891,97	-17.261,66	-13,32
Serviços e Fundos Autónomos	139.317,20	96.500,69	42.816,51	44,37
Segurança Social	16.092,00	12.867,06	3.224,94	25,06



As Transferências do Estado para o ano 2016 (FEF, FSM e IRS) que representam o maior bolo, evoluíram 1,31%, o equivalente a 102.589,00 euros face ao valor do ano 2015.

Em termos globais, assistimos no ano 2016 a um acréscimo face a 2015, de todas as transferências correntes no valor de 158.606,42 euros, ou seja 1,9%. O valor global é de 8.511.461,96€ e teve uma taxa de execução de 96,6%.

Na rubrica de "Serviços e Fundos Autónomos" em que assistimos a acréscimos significativos, são contabilizados essencialmente as receitas provenientes do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e do Instituto da Mobilidade e Transportes Terrestres, I.P. (IMTT).

Os decréscimos são verificados apenas nas rubricas "Participação Fixa no IRS" e "Outros" e são explicados basicamente pelo facto de no ano 2016 o Município ter recebido da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, menos 31.876,16 euros que em 2015.

As restantes transferências são provenientes, na sua maioria, da EDP pelo protocolo celebrado com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (277.182,45€), da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. com 6.173,23€ para a Loja Interativa de Turismo de Mogadouro e do Instituto da Segurança Social, I.P. com 16.092,00€ para funcionamento do CPCJ.

VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

As receitas provenientes da Venda de Bens e Serviços Correntes, tiveram um acréscimo global de 6,3 %, em relação a 2015, traduzido no valor de 61.530,05 euros, totalizando 1.036.452,95 euros no final do ano, atingindo 98,9% de execução.



Descrição	2015	2016	Var. €	Var. %
<i>Receitas</i>	<i>Receita cobrada bruta</i>			
VENDA BENS E SERVIÇOS CORRENTES:	1.036.452,95	974.922,90	61.530,35	6,31
Mercadorias	1.391,78	1.667,94	-276,16	-19,84
Produtos acabados intermédios-Água	282.143,23	271.731,02	10.412,21	3,83
Serviços sociais, recreativos e culturais	66.433,61	56.740,09	9.693,52	17,08
Serviços específicos das autarquias	617.482,14	572.071,18	45.410,96	7,94
Rendas	67.521,43	72.331,91	-4.810,48	-7,12
Outros	1.480,76	380,76	1.100,00	288,9

Considerando o elevado número de rubricas que integram esta variável, algumas com variações positivas outras negativas, verificamos que a rubrica com maior expressão e que explica o acréscimo global, refere-se aos serviços específicos das autarquias, que evoluiu favoravelmente em 45.410,96 euros, o equivalente a 7,94%, ondes estão incluídas as tarifas de disponibilidade de água, saneamento e resíduos sólidos. Também à maior faturação de venda de água, com um crescimento de 10.412,21 euros, o equivalente a 3,83% contribui para o aumento deste agregado.

Quanto à faturação de serviços com variação negativa, registam-se apenas nas mercadorias, pela redução na venda de livros e caixas para proteção de contadores, e da menor cobrança de rendas de edifícios.

Os serviços sociais, recreativos, culturais e desporto, registam também um acréscimo de 9.693,52 euros, equivalente a 17,08%, resultante de uma maior utilização dos espaços disponíveis ao serviço dos utentes.

As demais receitas deste capítulo são de caráter residual, com destaque para as rubricas "Transportes" e "Creches e Refeitórios" que registam valores diminutos face ao serviço gratuito de transportes que o Município proporciona a todos os estudantes em relação á primeira, e ao elevado número de isenções de

pagamento de refeições servidas na cantina do Centro Escolar por precariedade da situação financeira dos agregados familiares em relação á segunda.

OUTRAS RECEITAS CORRENTES

As Outras Receitas Correntes são uma rubrica residual, gerando uma receita de 63.628,93€, na sua maioria relativa a IVA reembolsado (62.544,73€) e de receitas diversas (1.084,20€), associadas na sua maioria a indemnizações pagas por companhias de seguros.

Esta rubrica teve uma execução de 65,2% face aos valores previstos e uma diminuição de 126,9% comparativamente ao ano de 2015.

RECEITA TOTAL

Descrição	2014		2015		2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receita Corrente	11.132.809,93	86,6	11.098.467,00	79,06	11.653.088,79	87,93
Receita Capital	1.729.237,38	13,4	2.940.285,70	20,94	1.599.602,18	12,07
Total de Receitas	12.862.047,31	100	14.038.752,70	100	13.252.690,97	100

ESTRUTURA DAS RECEITAS CORRENTES



**RECEITAS DE CAPITAL**

Neste ponto é feita uma análise do desempenho da receita de capital ao nível da previsão orçamental e sua cobrança e também é feita uma análise relativamente ao período homólogo do ano anterior.

Relativamente às receitas de capital de 2016, assistimos a um decréscimo significativo de 83,81% que corresponde a 1.340.662,91 euros, face ao ano de 2015, tendo-se registado uma taxa de execução de 61,7% em relação ao orçamentado.

Descrição	2016				
	ORÇAMENTO FINAL	RECEITA COBRADA BRUTA	PESO ESTRUTURAL (Capital)	PESO ESTRUTURAL (TOTAL)	TAXAS DE EXECUÇÃO %
<i>Venda de bens de investimento</i>	108.000,00 €	4.849,40 €	0,30	0,04	4,45
<i>Transferências de capital</i>	2.484.150,25 €	1.594.752,78 €	99,70	12,03	64,20
<i>Ativos financeiros</i>	0,00 €	0,00 €	-	-	-
<i>Passivos financeiros</i>	0,00 €	0,00 €	-	-	-
<i>Outras receitas de capital</i>	200,00 €	0,00 €	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	3.360.243,92 €	1.599.602,18 €	100,00	12,07	68,65%

Relativamente às rubricas que no ano 2016 tiveram fluxo financeiro, entende-se o seguinte:

A rubrica de Venda de Bens de Investimento, com o valor de 4.849,40 euros, teve um decréscimo considerável em relação a 2015 e integra o valor da alienação de um terreno e a venda de 2 viaturas (Peugeot e Opel Frontera) e ainda uma fotocopiadora Xerox.

A rubrica de Transferências de Capital constitui a principal componente da Receita de Capital, e integra para além da receita proveniente do Orçamento de Estado - FEF Capital que foi de 848.969,00 euros com uma variação positiva de 12.116,00 euros relativamente a 2015, sendo o restante valor correspondente



a participações de projetos e obras através de fundos comunitários que a seguir se indicam:

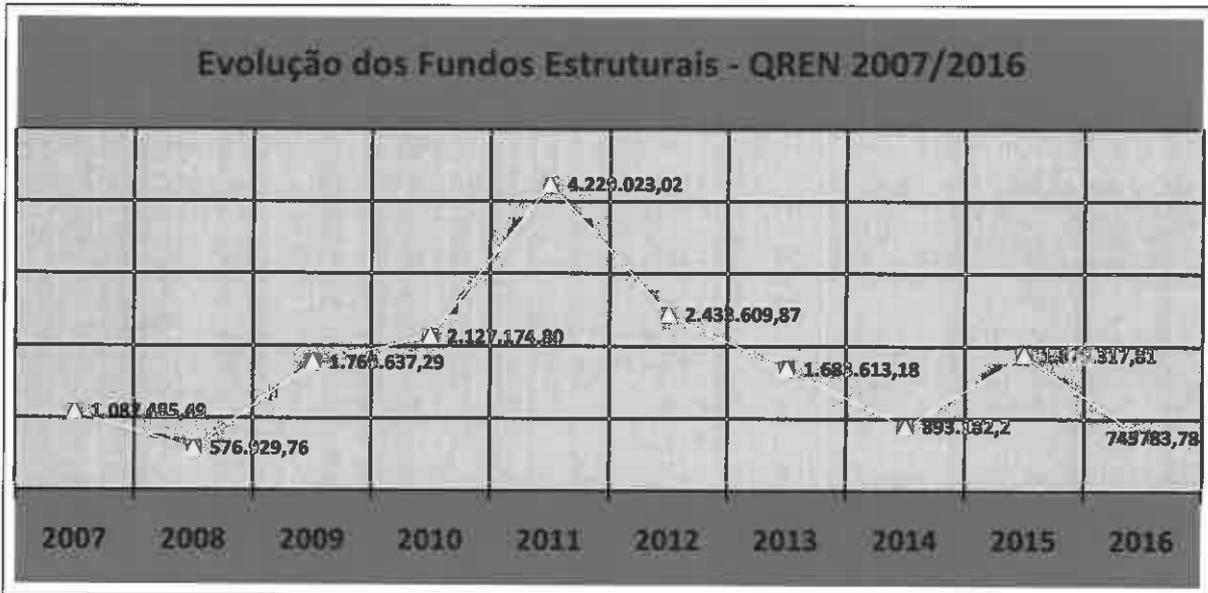
- ✓ Biblioteca Municipal - 31.138,00 euros;
- ✓ Centro de Interpretação do Mundo Rural - 150.307,00 euros;
- ✓ Arruamento Periférico da Escola do 1º. CEB - 4.971,76 euros;
- ✓ Polidesportivos descobertos de S. Martinho, Castelo Branco e Fonte Nova - 6.202,87 euros;
- ✓ Requalificação do Centro Histórico, 1ª Fase - 102.107,24 euros;
- ✓ Requalificação do Centro Histórico, 2ª Fase - 72.969,89 euros;
- ✓ Requalificação do Parque Infantil do S. Sebastião - 4.955,50 euros;
- ✓ Pavimentação da E.M.595 da E.N.221 a Peredo - 5.483,59 euros;
- ✓ Requalificação dos polidesportivos do concelho - 11.100,26 euros;
- ✓ Recuperação e valorização da Ribeira do Juncal - 39.102,91 euros;
- ✓ Depósito de água do Penedo e adutora - 123.712,37 euros;
- ✓ Escola do 1º. CEB e Jardim de Infância - 98.878,93 euros;
- ✓ Núcleo de Cozinhas Regionais de Mogadouro - 22.712,96 euros;
- ✓ Requalificação da envolvente Primária Valverde - 6.357,00 euros;
- ✓ Beneficiação da Rede Viária Municipal - 65.783,50 euros.

Os Fundos Comunitários, recebidos em 2016 no valor total de 745.783,78 euros, representam 5,63% da receita total.

Já a receita relativa a Transferências de Capital representa 99,7% do total da receita de capital arrecadada, e 12,03% do total da receita.

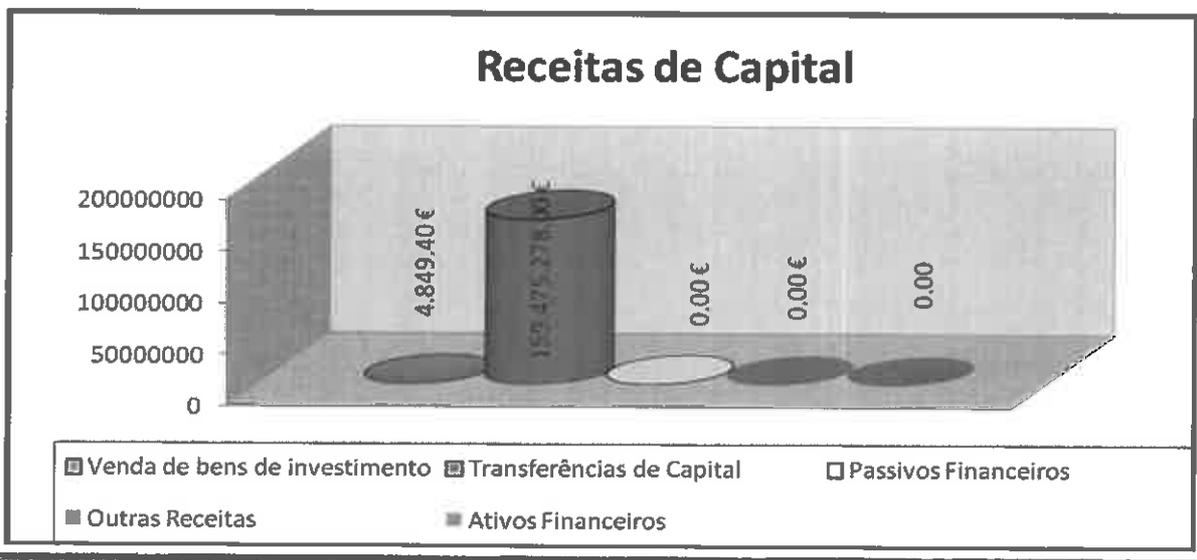
Como já se disse, apesar de ter iniciado, em janeiro de 2014, o novo período de programação de fundos estruturais (Portugal 2020), este ainda funciona a conta-gotas, porque dos vários projetos candidatados, apenas um obteve já a sua aprovação.

Da análise ao gráfico seguinte e uma vez que do Portugal 2020, ainda não houve qualquer recebimento, verificamos que a receita a título de Fundos Estruturais desde o início do Quadro de Referência Estratégica 2007/2013, atingiu o seu pico em 2011, sendo que a maioria das verbas recebidas em 2016, dizem respeito aos valores relativos aos 5% finais de cada obra.



As restantes rúbricas que compõem este grupo "Receitas de Capital", não registam qualquer execução, dada a inexistência de qualquer contratação de empréstimos, acontecendo o mesmo com os Ativos Financeiros e as Outras Receitas de Capital.

ESTRUTURA DAS RECEITAS DE CAPITAL



1.2. DESPESA

Nos termos do POCAL, a Despesa Total pode ser desagregada segundo a classificação económica, a classificação funcional e/ou a classificação orgânica.

Mais uma vez, procuraremos neste relatório abordar as três vertentes, bem como, analisa-la segundo uma desagregação vertical, ou seja, em despesas inscritas em Plano de Atividades Municipais (PAM) e Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

1.2.1. Execução Orçamental da Despesa

Os mapas seguintes apresentam elementos que permitem avaliar, sob diferentes prismas, o comportamento dos níveis de execução da despesa ao longo de 2016.

DESPESAS					
Ano	Natureza	Previsão Inicial	Previsão Final	Execução	% Execução
2016	Correntes	9.861.083,00	9.861.083,00	8.860.537,00	89,85%
	Capital	8.111.878,00	5.961.878,00	3.501.938,97	58,73%
	Total	17.972.961,00	15.822.961,00	12.362.475,97	78,13%
2015	Correntes	9.514.650,00	9.714.650,00	8.874.380,92	91,35%
	Capital	8.885.462,00	10.070.762,00	6.614.311,71	65,68%
	Total	18.400.112,00	19.785.412,00	15.488.692,63	78,28%

A despesa pública consiste na aplicação dos recursos da Autarquia no pagamento de serviços, ou investimentos em infraestruturas e equipamentos coletivos, destinados a promover o desenvolvimento económico-social, sem esquecer naturalmente, os custos da estrutura administrativa necessária à obtenção da receita.



Na despesa corrente estão agrupadas todas as despesas segmentadas que a instituição efetua de forma contínua para assegurar o seu funcionamento.

Sendo o Município um grande consumidor de bens e serviços, acaba por impulsionar toda a economia local, estimulando o setor produtivo à oferta de mais bens e serviços, com reflexos positivos na criação de mais emprego e consequente melhoria da condição socioeconómica da população local. A classificação das despesas autárquicas em correntes e de capital permite mensurar os efeitos de índole económica da sua atuação. Isto porque, por um lado, as despesas correntes dão amplitude do consumo autárquico, e por outro lado, as despesas de capital permitem calcular os níveis de poupança pública da instituição.

Tendo presentes estes conceitos, os quadros seguintes, facilitam a leitura separada da despesa corrente e a despesa de capital do Município, quer no que diz respeito aos valores globais, quer na dimensão e estrutura das várias rubricas que a compõem, medindo e justificando os níveis de poupança alcançados ao mesmo tempo que faculta a comparação dos resultados obtidos com os de anos anteriores.

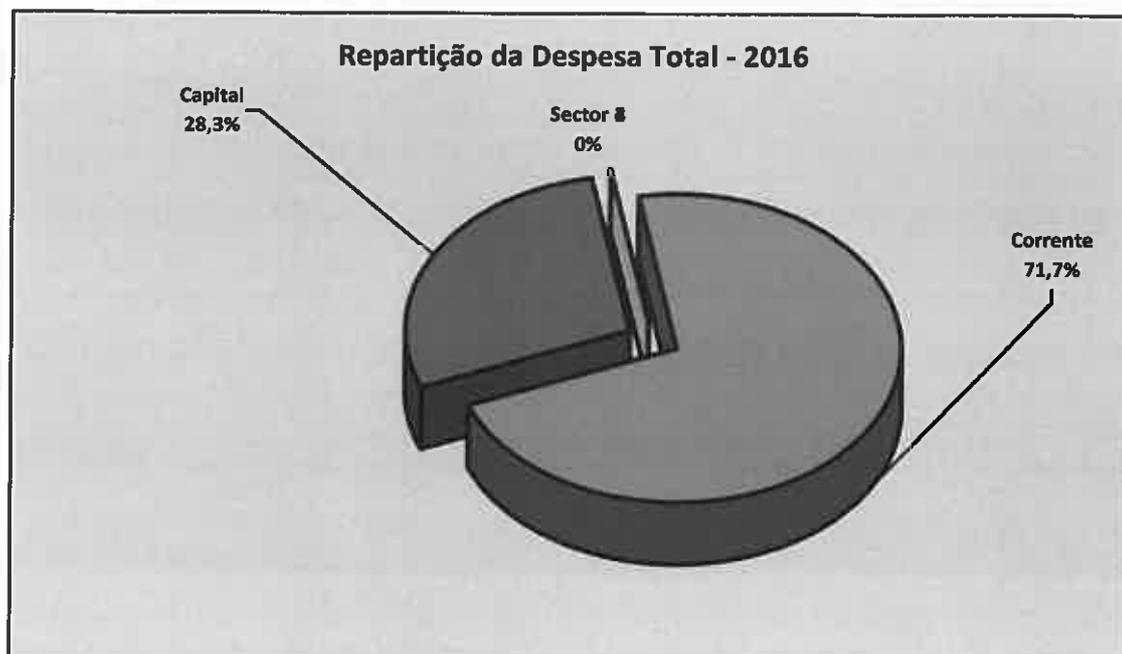
A despesa do Município acompanha de forma direta o desempenho global da receita arrecadada durante o ano, transitando para o exercício seguinte apenas o montante das disponibilidades de tesouraria e seus equivalentes, que em 2016, atingiram 3.043.633,90 euros, desagregados em execução orçamental 2.571.486,50 euros e operações de tesouraria 472.147,40 euros. Considerando apenas o valor orçamental, e caso este valor tivesse sido aplicado, a execução do orçamento da despesa teria sido de 14.933.962,47 euros e uma percentagem de execução de 94,38%.

Este saldo demonstra o rigor com que os recursos da Autarquia foram geridos, ao fazer os gastos não em função das disponibilidades mas sim em função das necessidades.

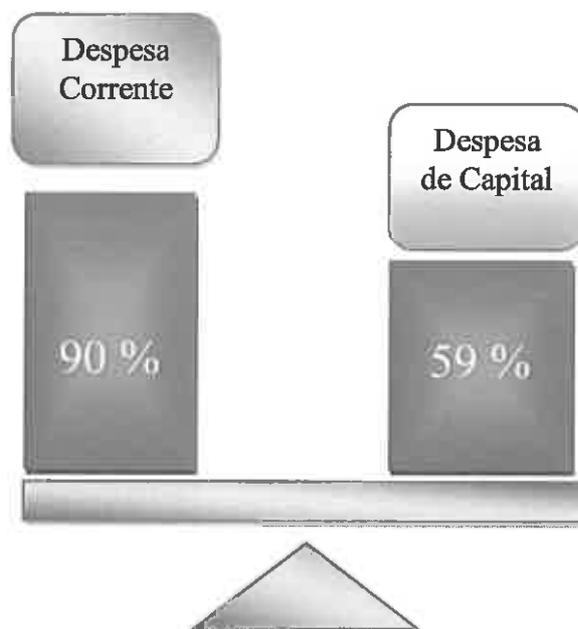
Assim, a execução orçamental da despesa em 2016, ascendeu a 12.362.475,97 euros, ou seja, menos 3.126.216,66 euros do que em 2015, refletindo uma variação negativa de 25,29%. A despesa corrente situou-se em 8.860.537,00 euros, evidenciando uma diminuição de 13.843,92 euros relativamente ao ano anterior.

Com o valor de 3.501.938,97 euros, a despesa de capital representa 28,33% da totalidade das despesas do ano, verificando-se aqui uma significativa diminuição de 3.112.372,74 euros, equivalente a 88,88 % face ao ano anterior e com valor muito idêntico à diferença dos totais gerais entre 2015 e 2016.

Mais à frente, estes capítulos incluem um maior detalhe de cada componente para que se possa perceber melhor o motivo pelo qual se verificaram as referidas variações.



A taxa de execução da despesa total foi os (89,85%), o que representa menos 0,16% do que em 2015, registando-se como em anos anteriores, que a despesa corrente apresenta uma taxa de execução substancialmente superior à da despesa de capital.



O valor da execução do orçamento da despesa corrente paga, situou-se nos 89,9%, sendo que estas percentagens foram obtidas em função dos valores corrigidos dos documentos previsionais.

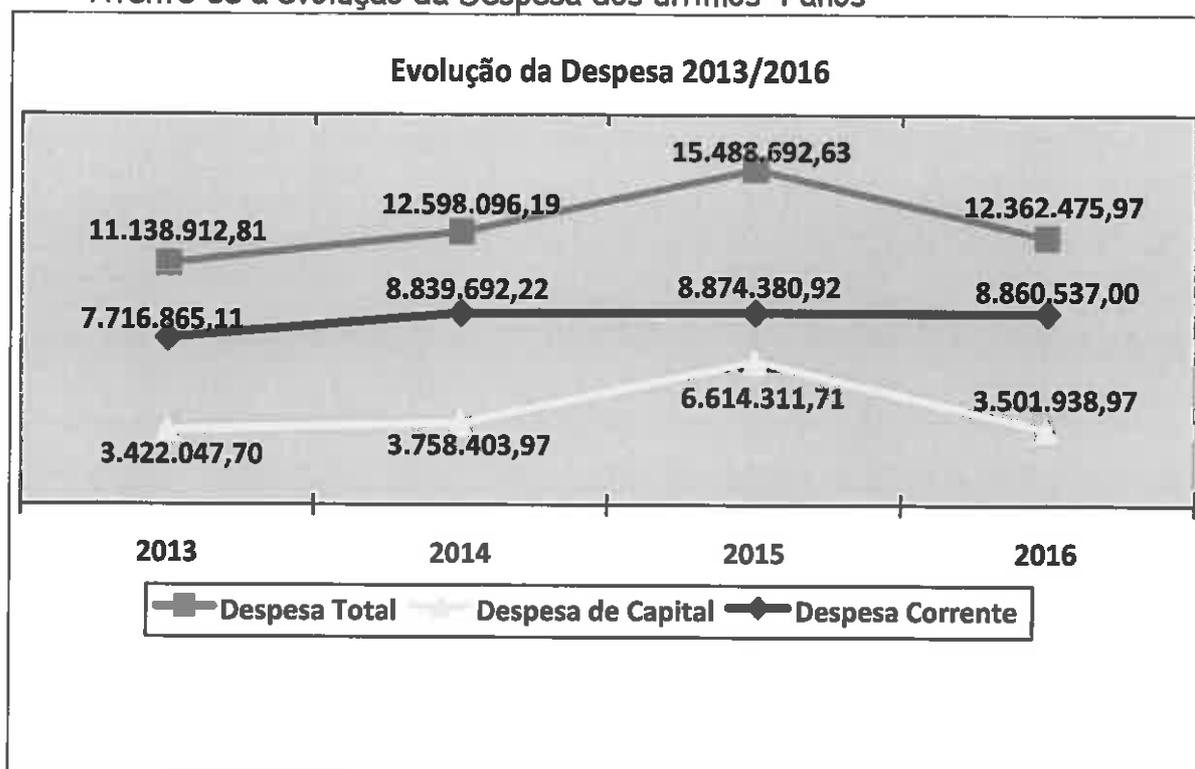
Descrição	2016				
	Orçamento Final	Despesa Paga	Peso Estrutural	Peso Estr. Total	Execução %
Despesas Correntes					
DESPESAS COM PESSOAL	2.582.771,00	2.647.762,50	29,88%	21,42%	92,81%
AQUISIÇÃO BENS SERVIÇOS	5.559.797,00	4.872.818,00	55,00%	39,42%	87,64%
Aquisição de Bens	1.059.430,00	829.797,98	9,37%	6,71%	78,32%
Aquisição de Serviços	4.500.367,00	4.043.020,02	45,63%	32,70%	89,84%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	11.220,00	7.199,03	0,08%	0,06	64,16%
TRANSFERÊNC. CORRENTES	1.345.995,00	1.257.635,82	14,19%	10,17%	93,44%
Subsídios	200,00	0,00	0	0	0
OUTRAS DESP. CORRENTES	91.100,00	75.121,65	0,85%	0,61%	82,46%
TOTAL DESP. CORRENTES	9.861.083,00	8.860.537,00	100,00%	71,67%	89,85%



Como atrás foi dito e de acordo com o mapa seguinte, a despesa corrente apresenta em 2016 um valor inferior a 2015, o que representa uma redução de 0,16%, correspondendo a uma taxa de execução de 89,9% e traduzido em 71,7% da despesa total.

Descrição	2016	2015	Variação €	Variação %
Despesa Corrente	Despesa Paga	Despesa Paga		
DESPESAS COM PESSOAL	2.647.762,50	2.639.641,60	8.120,90	0,31
AQUISIÇÃO BENS E SERVIÇOS	4.872.818,00	4.976.548,70	-103.730,70	-2,13
Aquisição de Bens	829.797,98	990.290,02	-160.492,04	-19,34
Aquisição de Serviços	4.043.020,02	3.986.258,68	56.761,34	1,42
JUROS E OUTROS ENCARGOS	7.199,03	18.083,24	-10.884,21	-151,19
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.257.635,82	1.206.864,50	50.771,32	4,21
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	75.121,65	33.242,88	41.878,77	125,98
TOTAL DESPESA CORRENTE	8.860.537,00	8.874.380,92	-13.843,92	0,16

Atente-se à evolução da Despesa dos últimos 4 anos





1.2.2. Evolução e Estrutura da Despesa Municipal

Do resultado da execução do ano 2016, verifica-se, à semelhança dos anos anteriores, que o peso das despesas correntes foi superior ao peso das despesas de capital.

Correspondendo aos gastos necessários ao normal desenvolvimento da atividade do Município, as despesas de funcionamento, vulgarmente denominadas por despesas fixas ou de estrutura, dão expressão financeira ao funcionamento da entidade na prossecução das suas atribuições e competências. Esta tipologia de despesas compreende nomeadamente todos os encargos apurados com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências correntes, juros e outros encargos e outras despesas de caráter residual.

Estrutura	2013	2014	2015	2016
DESPESAS CORRENTES	66,3%	70,2%	57,9%	71,7%
Despesas com pessoal	23,6%	22,3%	17%	21,4%
Aquisição de bens e Serviços	40,1%	38,8%	32,1%	39,4%
Juros e outros encargos	0,4%	0,2%	0,1%	0,1%
Transferências Correntes	4,7%	8,6%	7,8%	10,2%
Subsídios	0%	0%	0%	0%
Outras despesas correntes	0,5%	0,3%	0,3%	0,6%
DESPESAS DE CAPITAL	30,7%	29,8%	42,7%	28,3%
Aquisição de bens de capital	17%	20,7%	35,9%	20,1%
Transferências de capital	5,9%	3,6%	1,7%	1,8%
Ativos financeiros	0%	0%	0,6%	0,8%
Passivos financeiros	7,8%	5,6%	4,5%	5,7%
Outras despesas de capital	0%	0%	0%	0%
TOTAL DA DESPESA	100%	100%	100%	100%

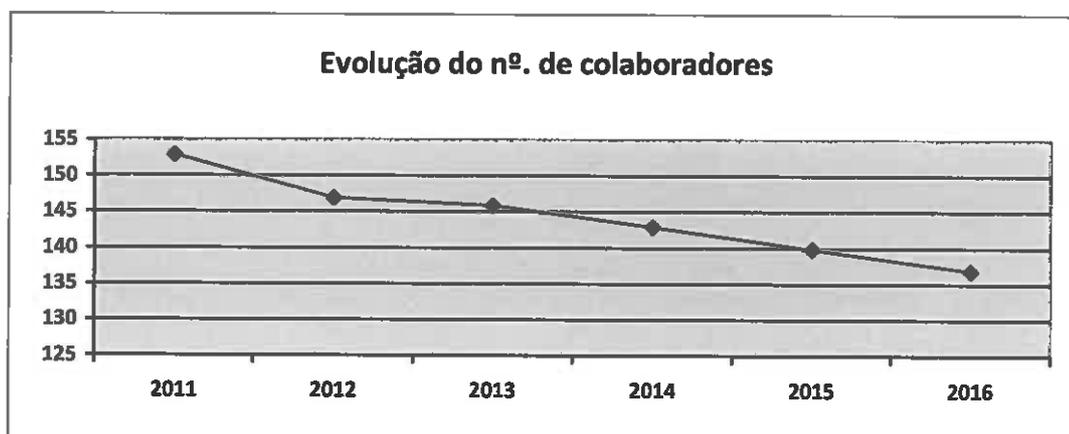
DESPESA CORRENTE

Neste ponto é feita uma breve referência aos valores orçamentados da despesa corrente e sua comparação com os valores pagos, o que permitirá examinar o seu nível de realização e apurar eventuais desvios.

As despesas com o pessoal registaram um peso relativo de 29,9% no total das despesas correntes e de 21,4% da estrutura global total da despesa paga pelo Município em 2016. A este nível, foi contabilizado um valor de 2.647.762,50 euros, valor superior em 8.120,90 euros face a 2015, mas que analisando as rubricas de despesas com pessoal do mapa infra, registam-se valores muito idênticos aos do ano anterior ao que não é alheio o apertado controlo que continua a existir nesta componente.

Descrição	2016 DESPESA PAGA	2015 DESPESA PAGA	Variação €	Variação %
<i>Despesas Correntes</i>				
<i>Despesas com Pessoal</i>	2.647.762,50 €	2.639.641,60 €	8.120,90 €	0,31
<i>Remunerações Certas e Permanentes</i>	1.962.090,21 €	1.985.400,18 €	- 23.309,97 €	- 1,19
<i>Abonos Variáveis ou Eventuais</i>	100.911,96 €	83.639,12 €	17.272,84 €	20,65
<i>Segurança Social</i>	584.760,33 €	570.602,30 €	14.158,03 €	2,48

De referir, que durante o ano 2016, o número de efetivos ao serviço, diminuiu 2,14% (-3 colaboradores), situando-se neste momento em 137 incluindo os eleitos locais e membros do GAP. De realçar que em 2011 o número de colaboradores era de 153. Esta redução é explicada pela cessão do vínculo laboral pela passagem à aposentação de alguns colaboradores.





No grupo das despesas correntes, manteve-se a preponderância das "Aquisições de Bens e Serviços", que representaram cerca de 55% deste tipo de despesa e 39,42% da despesa total.

Descrição	2016	2015	Variação €	Variação %
	Despesa Pagª	Despesa Pagª		
Despesas Correntes				
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	4.872.818,00€	4.976.548,70 €	-103.730,70	-2,13
Aquisição de Bens	829.797,98€	990.290,02 €	-160.492,04	-19,34
Combustíveis e Lubrificantes	258.273,62 €	269.543,00 €	-11.269,38	-4,36
Limpeza e Higiene	16.836,17 €	19.043,31 €	-2.207,14	-13,11
Alimentação- refeições confeccionadas	30.493,50 €	38.480,57 €	-7.987,07	-26,19
Alimentação - Géneros p/ confeccionar	37.249,91 €	40.146,07 €	-2.896,16	-7,77
Vestuário e artigos pessoais	13.092,70 €	16.095,29 €	-3.002,59	-22,93
Material de escritório	34.491,75 €	31.975,03 €	2.516,72	7,87
Produtos Químicos e farmacêuticos	32.749,51 €	40.415,66 €	-7.666,15	-23,41
Material de Transporte - Peças	34.857,11 €	38.546,97 €	-3.689,86	-10,59
Material de consumo hoteleiro	0 €	7.136,57€	-7.136,57	-100
Outro material - Peças	12.424,72 €	21.235,45	-8.810,73	-70,91
Prémios condecorações e ofertas	44.577,73 €	54.412,43 €	-9.834,70	-22,06
Mercadorias para venda - Água	14.839,71 €	16.114,48 €	-1.274,77	-8,59
Ferramentas e utensílios	6.651,06 €	6.822,82 €	-171,76	-2,58
Material educação, cultura e recreio	6.522,23 €	5.292,00 €	1.230,23	23,25
Outros	286.738,26 €	385.030,37 €	-98.292,11	-34,28
Aquisição de Serviços	4.043.020,02€	3.986.258,68	56.761,34	1,42
Encargos de Instalações	631.468,66 €	603.988,53 €	27.480,13	4,55
Limpeza e higiene	517.610,04 €	549.211,99 €	-31.601,95	-6,11
Conservação de bens	297.889,70 €	255.001,62 €	42.888,08	16,19
Locação de Edifícios	30.000,00 €	30.000,00 €	0	0
Locação de outros bens	99.081,09 €	48.173,73 €	50.907,36	105,67
Comunicações	117.246,68 €	125.103,52 €	-7.856,84	-6,70
Transportes	605.155,14 €	580.065,61 €	25.089,53	4,32
Representação de serviços	3.470,10 €	7.620,22 €	-4.150,12	-119,60
Seguros	43.913,12 €	57.114,46 €	-13.201,34	-30,06
Estudos, pareceres e consultadoria	59.491,58 €	73.208,86 €	-13.717,28	-23,06
Publicidade	74.004,48 €	73.064,81 €	939,67	1,29
Vigilância e segurança	72.156,17 €	61.271,08 €	10.885,09	17,76
Assistência técnica	49.098,73 €	49.771,17 €	-672,44	-1,37
Outros trabalhos especializados	107.693,70 €	126.410,37 €	-18.716,67	-17,38
Encargos de cobrança de receitas	47.417,45 €	39.834,24 €	7.583,21	19,04
Outros Serviços	1.287.323,38 €	1.306.418,47 €	-19.095,09	-1,48



Enquanto a aquisição de bens teve uma redução de 19,34% (160.492,04€), a de serviços apresenta um crescimento de 1,42% (56.761,34€).

O quadro anterior, descreve os montantes pagos pelo Município com aquisição de bens e serviços durante o ano 2016, cujo valor global atingiu os 4.872.818,00 euros. Quando comparado com o ano anterior, verifica-se que esta despesa decresceu 103.730,70 euros, em termos absolutos e 2,13% em termos relativos.

Relativamente à "Aquisição de Bens", os pagamentos ascenderam a 829.797,98 euros, merecendo especial destaque os valores despendidos com a rubrica "Outros Bens" com 286.738,26 euros, seguindo-se o fornecimento de "Combustíveis e Lubrificantes", com 258.273,62 euros e os "Prémios, condecorações e ofertas com 44.577,73 euros. Na rubrica "Outros Bens", está contabilizada essencialmente o valor destinado a aquisição de materiais diversos que não se enquadram em rubricas próprias e que se destinam essencialmente ao armazém para aplicar na execução e/ou reparação de obras municipais e outras de natureza residual designadamente nas redes de água e saneamento, nas estradas e jardins municipais entre outras. A adição das três rubricas representa 71,05 % dos valores pagos em 2016, pelo que os restantes montantes têm um carácter residual.

Relativamente à rubrica "Aquisição de Serviços", evidencia despesas totais de 4.043.020,02 euros. Nesta subclasse a rubrica que mais se destaca, é de longe a de "Outros Serviços" cuja incidência é de 31,8% no valor global despendido com este membro do Orçamento. Este montante, tratando-se de uma rubrica residual, inclui os encargos onde são lançadas todas as despesas sem enquadramento em rubrica própria. Engloba portanto, serviços de natureza diversa, onde se destacam os custos com a iluminação pública no valor de

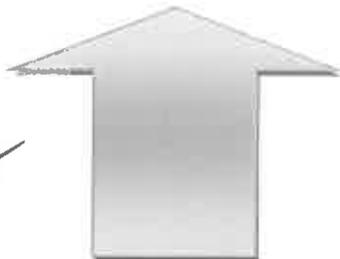
476.145,57€, a prestação de serviços com pessoal das atividades extracurriculares no valor de 254.679,76 euros.

Seguem-se, por ordem de grandeza absoluta, a rubrica de "Encargos com as instalações" no valor de 631.468,66€, destinados essencialmente ao pagamento de eletricidade das instalações à EDP; os "Transportes" com 605.155,14€, na sua maioria destinados ao pagamento dos transportes escolares; a "Limpeza e Higiene" com 517.610,04€, para suporte dos custos com a limpeza e recolha de lixo; a "Conservação de bens" com 297.889,70€ que serviram para pagamento dos serviços relacionados com a reparação e/ou manutenção de equipamentos municipais, quer móveis, quer imóveis; as "Comunicações" com 117.246,68€, relativos aos gastos com correspondência, telefones e internet; os "outros trabalhos especializados" que totalizaram 107.693,70 euros em que a despesa mais significativa se refere ao pagamento da análise de águas ao Laboratório Regional de Trás-os-Montes (49.947,44€), bem como dos serviços técnicos de suporte e acompanhamento adjudicados a terceiros (Serviço de engenharia e Revisor Oficial de Contas).

Há ainda outras rúbricas com valores menos significativos, como as despesas com "Encargos de Cobrança de Receita" que foram de 47.417,45 euros. Nesta rúbrica são refletidos os gastos com o pagamento de encargos de cobrança de receitas efetuadas por outras entidades como a Autoridade Tributária e Aduaneira pela cobrança dos impostos municipais, bem como de encargos de cobrança de água pelos CTT e entidades bancárias.

Na comparação da execução do exercício de 2016, com o exercício de 2015, verifica-se relativamente à aquisição de bens o comportamento exposto a seguir, por sub rúbricas económicas, sendo que a maioria delas sofreram reduções:

[Handwritten signatures and initials]

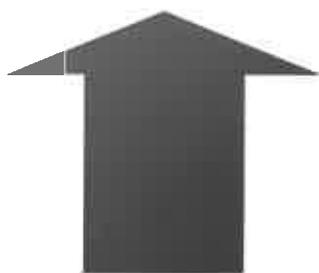


Material de escritório - 7,87%
Material de educação, cultura e recreio- 23,25%



Vestuário e artigos pessoais -22,93%
Refeições confeccionadas - 26,19 %
Prémios, condecorações e ofertas - 22,06%
Produtos químicos e farmacêuticos - 23,41%
Outro material, peças - 70,91%

Já no que diz respeito a aquisição de serviços, verificaram-se os seguintes decréscimos e acréscimos:



Locação de outros bens - 105,67%
Vigilância e Segurança - 17,76%
Encargos de cobrança de receitas - 19,04%
Conservação de bens - 16,19%
Encargos de Instalações - 4,55%
Transportes - 4,32%

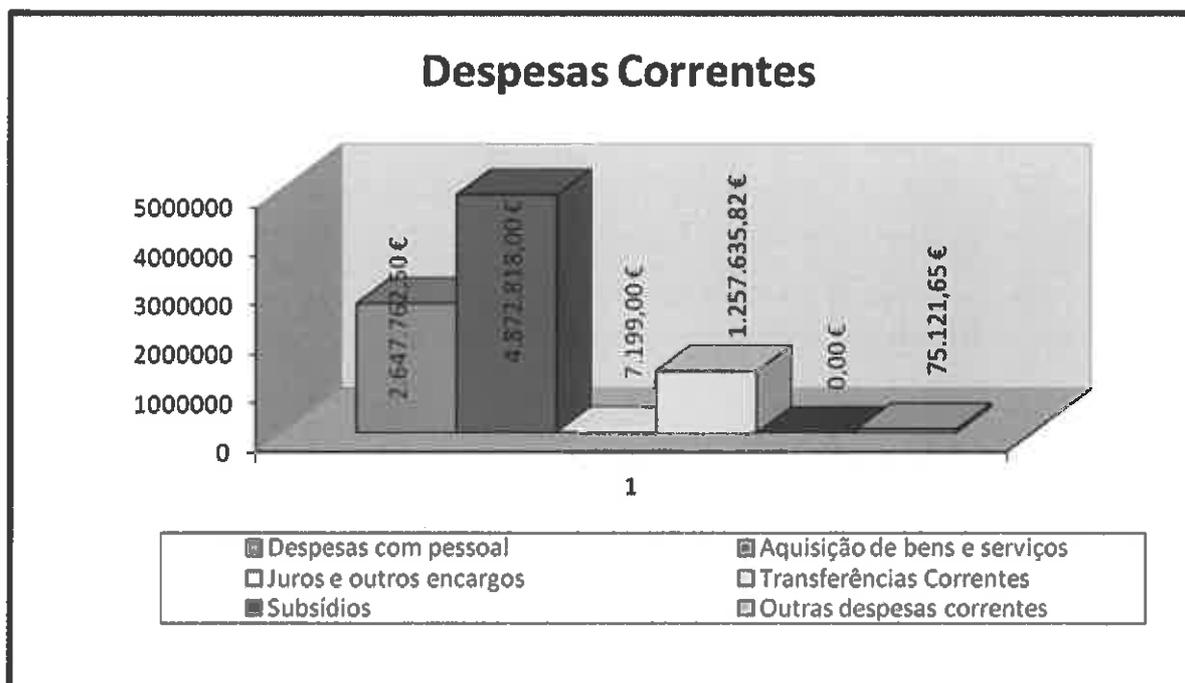


Representação de serviços - 119,60%
Limpeza e Higiene - 6,11%
Seguros - 30,06%
Comunicações - 6,70%
Estudos, Pareceres e consultadoria- 23,06%
Outros trabalhos especializados - 17,38%

Como se pode verificar pelo quadro seguinte, neste agregado, a tendência tem sido de aumento nos últimos anos, contrariada neste ano de 2016.

Descrição	2013	2014	2015	2016
Aquisição de Bens	1.000.606,52	961.031,16	990.290,02	829.797,98
Aquisição de Serviços	3.467.598,66	3.922.489,71	3.986.258,68	4.043.020,02
Total	4.468.205,18	4.883.520,87	4.976.548,70	4.872.818,00

A componente Despesas Correntes, apresenta uma despesa total de 8.860.537,0€, o que representou 71,7% do total da despesa paga no ano, e é desagregada de acordo com o seguinte gráfico.



JUROS E OUTROS ENCARGOS

A rubrica de Juros e Outros Encargos inclui o pagamento de juros relativamente aos empréstimos de médio e longo prazo (5.677,43€) e ainda os encargos com garantias bancárias (1.441,60€).



Através desta rubrica foram pagos apenas 7.199,03 euros, o que significa que teve uma diminuição de 10.884,21 euros menos 151,19% face ao valor do ano transato.

Quanto ao decréscimo dos juros de médio longo prazo, é explicado sobretudo pela redução da dívida com empréstimos e a redução das taxas de juro.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Descrição	2016	2015	Variação €	Variação %
Despesa Corrente	Despesa Paga	Despesa Paga		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.257.635,82	1.206.864,50	50.771,32	4,21
Administração Central Estado	9.403,00	10.156,80	-753,80	-8,02
Administração Local	544.096,07	553.924,89	-9.828,82	-1,81
Municípios	18.417,12	19.684,20	-1.267,08	-6,88
Freguesias	416.444,53	413.017,77	3.426,76	0,82
Associação de Municípios	109.234,42	119.722,92	-10.488,50	-9,60
Regiões de Turismo	0	1.500,00	-1.500,00	-100
Segurança Social	2.992,80	2.992,80	0	0
Instituições Sem Fins Lucrativos	407.227,80	389.603,93	17.623,87	4,52
Famílias	293.916,15	250.186,08	43.730,07	17,48

As transferências correntes e os subsídios são importâncias atribuídas a determinados organismos/entidades, para financiamento das suas despesas correntes, sem que tal implique qualquer contrapartida direta para a Autarquia.

As Transferências Correntes e Subsídios pagos no ano 2016, totalizaram 1.257.635,82 euros, superiores em 4,21% ou seja 50.771,32 euros, face ao ano 2015, e refletem essencialmente, os montantes transferidos para as Juntas de Freguesia e Instituições sem fins lucrativos no âmbito dos protocolos assinados com essas entidades, bem como as transferências para a Administração Central Estado (que reflete o Agrupamento de Escolas de Mogadouro) e famílias.

Esta rubrica corresponde a 14,19 % da despesa corrente paga e a 10,19 % da despesa total, e teve uma execução de 93,44%, tendo em conta os montantes orçamentados.

Relativamente ao ano anterior, o aumento verificado, é justificada sobretudo pelo acréscimo das transferências para as famílias e as instituições sem fins lucrativos.

Os acordos de colaboração celebrados com as Juntas de Freguesia pressupõem o apoio na delegação de competências e de acordos de execução entre a câmara municipal e as juntas de freguesia, às quais foram pagos 416.444,53 euros.

As transferências realizadas para as instituições sem fins lucrativos pressupõem o apoio a entidades de índole cultural, desportivo e humanitário e que desenvolvem atividades com interesse municipal, sendo-lhes sido pago o valor de 407.227,80 euros.

Foram ainda pagos 18.417,12 euros ao Município de Vimioso para gestão do Canil, às Associações de Municípios, para quotas anuais e despesas de funcionamento o valor de 109.234,42€; e apoios a famílias carenciadas e encargos com o pessoal contratado através do Centro de Emprego o valor de 293.916,15 euros.

DESPESA DE CAPITAL

O quadro seguinte permite observar a desagregação da despesa de capital, indicando para as respetivas dotações orçamentais o volume de despesa paga, respetiva estrutura e taxa de execução.

Nesta componente da despesa de capital, no ano 2016, foi orçamentado o valor de 10.070.762,00€, dos quais foram pagos 6.614.311,71€, o que correspondeu a uma execução de 65,7%.

Descrição	2016				
	Orçamento Final	Despesa Paga	Peso Estrutural (Capital)	Peso Estrutural (Total)	Taxa execução %
Despesas de Capital					
Aquisição de bens de Capital	4.692.427,00 €	2.480.927,06 €	70,85	20,07	52,87
Transferências de Capital	462.673,00 €	216.811,22 €	6,19	1,75	46,86
Ativos Financeiros	99.531,00 €	99.531,00 €	2,84	0,81	100
Passivos Financeiros	705.247,00 €	704.669,69 €	20,12	5,70	99,92
Outras Despesas de Capital	2.000,00 €	0,00 €	0	0	0
TOTAL DESPESAS CAPITAL	5.961.878,00 €	3.501.938,97 €	100,00	28,33	58,74
TOTAL DA DESPESA	15.822.961,00 €	12.362.475,97 €			78,13

A estrutura da despesa de capital é composta na sua maior parte pela Aquisição de Bens de Capital - Valor de investimento e que, excluindo o valor do F.A.M. e da Eficiência Energética da Iluminação Pública, coincide com o valor da execução do PPI. Consoante a natureza das suas aplicações, este agregado poderá incluir a aquisição de terrenos, edifícios ou habitações, outros edifícios, construções diversas, material de transporte, maquinaria e equipamento, que será detalhado aquando a análise do PPI.

No grupo das despesas de capital, a aquisição de bens de capital sofreu um decréscimo próximo dos 124% face a 2015, refletido na redução do peso percentual desta rubrica no contexto deste tipo de despesa (de 84% em 2015, para 70,84% em 2016), diminuindo, igualmente, a sua importância relativa na despesa total (de 36%, em 2015, para 20%, em 2016).

Seguidamente assume especial relevância o valor dos passivos financeiros, que corresponde ao valor das amortizações de empréstimos de, médio e longo prazo, e das transferências de capital.

Relativamente ao ano anterior, excluindo os Passivos Financeiros, e tendo em conta os valores pagos, registou-se de acordo com o mapa seguinte, um decréscimo da despesa de capital de 3.114.881,32€, justificado essencialmente,

pela variação verificada no valor das aquisições de bens de Capital, ao que não é alheio a diminuição dos Fundos Comunitários por atraso no Programa 2020.

Descrição	2013		2014		2015		2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Investimento Direto	1.897.609,78	74,32	2.603.180,21	85,10	5.556.249,73	93,98	2.480.927,06	88,69
Transferências de Capital	655.852,64	25,68	453.422,54	14,82	256.369,76	4,34	216.811,22	7,75
Ativos Financeiros	0	0	0	0	99.531,00	0	99.531,00	3,56
Outras Despesas de Capital	0	0	2.295,00	0,08	0	0	0	0
Investimento Global	2.553.462,42	100	3.058.897,70	100	5.912.150,49	100	2.797.269,17	100

AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

A estrutura da aquisição de bens de capital é nada mais que a execução do Plano Plurianual de Investimentos, ou seja apenas é considerado o que é investimento direto da própria autarquia, desagregado pelos itens que a seguir se identificam, fazendo também uma comparação com os anos anteriores.

Investimento Direto

Descrição	2013		2014		2015		2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Terrenos	43.363,00	2,29	13.845,92	0,53	9.688,64	0,17	2.575,80	0,10
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.450,00	0,74
Edifícios	27.701,66	1,46	230.929,71	8,87	728.529,19	13,11	498.469,11	20,09
Construções Diversas	1.617.207,95	85,22	1.366.271,94	52,48	3.864.714,81	69,56	1.544.130,49	62,24
Material de Transporte	46.125,00	2,43	72.200,01	2,77	301.993,70	5,43	45.006,50	1,82
Maquinaria e Equipamento	135.180,64	7,12	438.496,38	16,85	477.055,99	8,59	241.904,79	9,75
Outros	28.031,53	1,48	481.436,25	18,50	174.267,40	3,14	130.390,37	5,26
Investimento Direto	1.897.609,78	100,00	2.603.180,21	100,00	5.556.249,73	100,00	2.480.927,06	100,00

Se considerarmos que, relativamente ao Investimento Municipal, embora o valor pago tenha sido de 2.480.927,06€, os compromissos assumidos tenham sido de 4.969.902,90€, concluímos que se todos os trabalhos estivessem executados, o saldo que transitou de ano, era suficiente para liquidar tudo, e ter assim uma execução muito superior.

A maior fatia das despesas de investimento foi para o item das "Construções diversas" com o valor de 1.544.130,49€, de onde se destaca a valor gasto na rubrica de viação rural, direccionada para pavimentação de estradas como o Caminho Municipal entre Tó e Vila de Ala.

Segue-se a rubrica designada por "Edifícios", com um total de 498.469,11 euros com o maior valor destinado à conclusão do Centro de Interpretação do mundo Rural, e também a requalificação das Escolas Primárias do Concelho.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

A rubrica de "Transferências de Capital" contemplam as importâncias cedidas por conta do orçamento municipal destinadas a financiar despesas de capital, realizadas por outras entidades, tendo o montante total sido de 216.811,22€, ou seja, menos 18% do que em 2015, refletido em 39.558,54 euros.

Estas transferências tiveram um peso de 6,19% no total da despesa de capital paga e de 1,75% da despesa total.

Descrição	2016	2015	Variação €	Variação %
Despesa de Capital	Despesa Paga	Despesa Paga		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	216.811,22	256.369,76	-39.558,54	-18,25
Privadas	97.043,81	43.079,36	53.964,45	125,27
Freguesias	78.491,89	4.000,00	74.491,89	1.862,30
Municípios	18.417,12	19.684,20	-1.267,08	-6,88
Associação de Municípios	24.301,43	30.768,69	-6.467,26	-26,61
Segurança Social	0	113.000,00	-113.000,00	-100
Instituições Sem Fins Lucrativos	14.165,06	39.950,00	-25.784,94	-182,03
Famílias	2.809,03	25.571,71	-22.762,68	-810,34

As transferências de capital destinaram-se essencialmente ao apoio à criação de postos de trabalho concedidos a empresas no valor de 97.043,81 euros; às Juntas de Freguesia no âmbito dos protocolos celebrados no valor de 78.491,89 euros; às Associações de Municípios 24.301,43 euros; a Instituições sem fins lucrativos 14.165,06 euros e ainda 2.809,03 euros destinados a melhoria de habitação, concedido a famílias.

ATIVOS FINANCEIROS

O valor pago no ano 2016, relativamente à rubrica de ativos financeiros está associada à obrigatoriedade da comparticipação do Município para o FAM - Fundo de Apoio Municipal de acordo com a lei n.º 53/2014 de 25 de agosto.

O valor total que o Município terá que pagar ao longo de 7 anos totalizará 696.718,98 euros correspondendo a 99.531,00€, euros por ano. No ano 2016 procedeu-se ao pagamento da 2ª anuidade, pelo que não se regista qualquer alteração ao ano anterior.

PASSIVOS FINANCEIROS

Os gastos incorridos com os "Passivos financeiros", num total de 704.669,69 euros, representam 20,12% do total das despesas de capital em 2016, tendo aumentado 0,36% em relação ao ano anterior e dizem respeito exclusivamente às amortizações de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pelo município.

O quadro seguinte espelha o ponto de situação dos empréstimos do município com um registo na redução gradual do serviço da dívida anual, explicada pela redução das taxas de juros e principalmente pela diminuição da dívida de médio e longo prazo.

Descrição	2013		2014		2015		2016	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Amortização Anual de Capital	868.585,28	95,47	699.506,22	96,23	702.161,22	97,68	704.669,69	99,20
Encargos Financeiros	41.174,62	4,53	27.439,67	3,77	16.700,64	2,32	5.677,43	0,80
Serviço de dívida	909.759,90	100,0	726.945,89	100,0	718.861,86	100,0	710.347,12	100,0

No final do ano 2016, o município tem contratado e em dívida 13 empréstimos, desagregados da seguinte forma:

- Caixa Geral de Depósitos - CGD - (9): 1.992.795,08 euros;
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo - CCAM - (4): 913.967,90 euros.

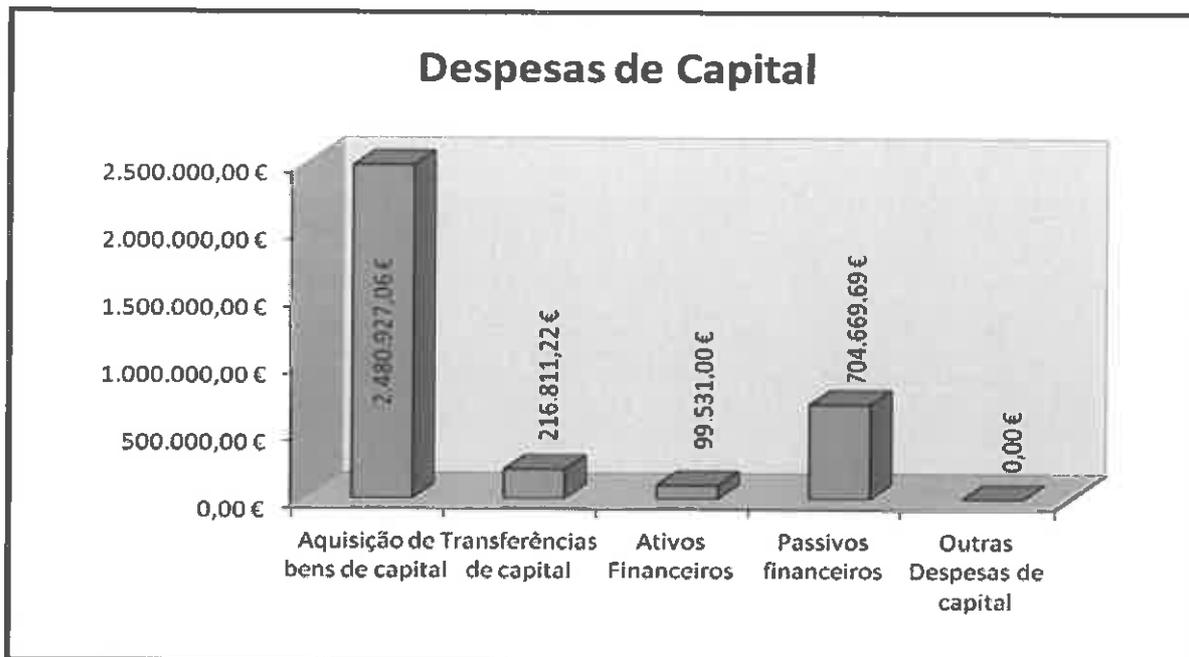
Salienta-se o facto de o Município de Mogadouro, sempre ter cumprido na íntegra os planos de amortização de cada empréstimo.

Tendo como referência o ano de 2009, o Município reduziu neste período a dívida em mais de 160% como pode ser constatado através da informação do mapa seguinte. Esta situação, traduz o esforço significativo que foi feito em termos de redução do serviço de dívida da Autarquia, podendo hoje afirmar-se que a situação atual esta perfeitamente controlada.

Evolução dos empréstimos bancários			
Ano	Valor em dívida	Variação (€)	Variação (%)
2009	7.616.274,27		
2010	7.119.164,48	497.109,99	6,98
2011	6.663.620,24	455.544,24	6,84
2012	5.881.685,39	781.934,85	13,29
2013	5.013.100,11	868.585,28	17,33
2014	4.313.593,89	699.506,22	16,22
2015	3.611.432,67	702.161,22	19,44
2016	2.906.762,98	704.669,69	24,24

O capítulo das "Outras despesas de capital" não regista qualquer movimento.

O gráfico que a seguir se apresenta mostra o peso relativo de cada componente no total da despesa de capital.



1.2.3. A Despesa na ótica dos Planos.

De acordo com o POCAL, os documentos previsionais das autarquias são constituídos pelo Orçamento e pelas Grandes Opções do Plano, instrumentos de importância crucial para o processo de gestão autárquica. No primeiro caso, trata-se da definição da política financeira de curto prazo; no segundo, diz respeito às linhas de desenvolvimento estratégico de médio e longo prazo.

Este processo de planeamento deve ser visto como um exercício essencialmente dinâmico, ajustável a uma realidade sempre em mutação, em função de alterações conjunturais e de outros fatores. Daí que não possa ser encarado como um instrumento estático, porquanto está sujeito, ao longo do período da sua vida útil, a diversas alterações ou revisões, que não são mais do que meros mecanismos legais previstos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de

fevereiro, e através dos quais é possível ajustar o Orçamento Municipal às realidades que forem surgindo durante o tempo em que estiver em vigor.

São as Grandes Opções do Plano que estão na base da elaboração de toda a estrutura do Orçamento, pois, ao definir as políticas que a Autarquia pretende seguir, a sua realização, nos termos do planeado, apenas será possível através da clarificação, no orçamento, do modo como tais políticas serão exequíveis.

Assim, o montante do orçamento com a dotação corrigida, foi repartido da seguinte forma:



O Plano Plurianual de Investimentos, inclui todos projetos e ações de investimento a realizar, no âmbito dos objetivos estabelecidos pela Autarquia, explicitando a respetiva previsão da despesa.

O Plano Plurianual das Atividades Mais Relevantes, sendo estas, como o próprio nome indica, atividades que, pela sua relevância, o Município entende dever realçar nas Grandes Opções do Plano, independentemente da natureza das suas despesas, sejam elas correntes ou de capital.

A informação do quadro seguinte apresenta a evolução das Grandes Opções do Plano no último ano, traduzindo os investimentos em articulação com as transferências efetuadas, correntes e de capital, bem como a relação de todos os projetos que constam do mapa das atividades mais relevantes.



Repartição por funções -2016

Execução das Despesas nas Grandes Opções do Plano de 2016				
Código	Designação das rubricas	Valor do	% dentro	% em relação ao
Obj./Prog.		Investimento	Obj./Prog.	Total
1.	Funções Gerais	663.606,36	100,0%	12,39%
1.1.1.	Administração geral	442.287,01	66,63%	8,26%
1.2.1.	Proteção civil e luta contra incêndios	221.522,35	33,37%	4,13%
2.	Funções Sociais	1.365.212,18	100,0%	25,87%
2.1.1.	Ensino do 1º ciclo	9.403,00	0,68%	0,17%
2.1.2.	Serviços auxiliares de ensino	8.896,89	0,64%	0,17%
2.2.1.	Serviços individuais de saúde	4.360,31	0,31%	0,08%
2.3.2.	Ação social	89.783,47	6,48%	1,68%
2.4.	Habitação e serviços coletivos	950.340,76	68,61%	17,75%
2.4.2.	Ordenamento do território	146.880,00	10,60%	2,74%
2.4.3.	Saneamento	4.242,98	0,31%	0,08%
2.4.4.	Abastecimento de água	272.416,02	19,67%	5,09%
2.4.5.	Resíduos sólidos	526.801,76	38,03%	9,84%
2.4.6.	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	0	0	0
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos	322.427,75	23,28%	6,02%
2.5.1.	Cultura	152.934,28	11,04%	2,86%
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	139.500,77	10,07%	2,60%
2.5.3.	Outras atividades cívicas e religiosas	29.992,70	2,17%	0,56%
3.	Funções económicas	1.960.224,26	100,0%	36,60%
3.1.	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	16.912,50	0,86%	0,31%
3.2.	Indústria e energia	127.359,61	6,50%	2,38%
3.3.1.	Transportes rodoviários	1.163.113,25	59,34%	21,72%
3.4.1.	Mercados e Feiras	89.245,00	4,55%	1,67%
3.4.2.	Turismo	563.593,90	28,75%	10,52%
4.	Outras Funções	1.346.243,61	100,0%	25,14%
4.1.1.	Empréstimos	710.427,12	52,77%	13,27%
4.2.	Transferência entre Administrações	635.816,49	47,23%	11,87%
4.3.	Diversas não especificadas	0,00	0,00%	0,00%
TOTAIS		5.355.489,41	100,0%	100,00%

Da análise ao quadro anterior constata-se, na ótica da despesa paga (5.355.489,41), que o final do período em análise a taxa de execução das GOP's foi de 67,04%. No final do ano 2015, o nível de execução foi de 70,28%.

1.2.3.1. Plano Plurianual de Investimentos

A execução do PPI demonstra como se concretizou o aumento de capital fixo da instituição, refletindo assim as funções em que se concentraram efetivamente os seus recursos.

FUNÇÕES ECONÓMICAS

Com um histórico de avultados investimentos, as funções económicas mantêm essa tendência, com 62,04% em 2016, num montante de 1.609.958,38 euros, enquanto no ano anterior foi de 3.135.314,07 euros. Este valor inclui os investimentos efetuados na rubrica "Transportes Rodoviários" que absorveu 1.163.113,25€, seguindo-se "Comércio e Turismo" com gastos de 399.616,83€, "Indústria e Energia", com gastos de 30.315,80€, e finalmente a "Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca" com gastos de 16.912,50 euros.

Dentro da Função Económica, destacam-se as empreitadas das obras inerentes ao Centro de Interpretação do Mundo Rural (367.071,73€), à pavimentação da C.M. entre Tó e Vila de Ala (334.213,11€), à repavimentação do C.M. 1158 até Castro Vicente (288.918,98€), os arruamentos do Concelho (218.936,13€) e a Pavimentação do C.M. 1163-1 entre Travanca e Granja (152.160,85€).

FUNÇÕES SOCIAIS

Quanto às Funções Sociais que representam 20,94% do total e um valor de 543.303,49€, é de referir o valor de 285.469,48€ canalizado para projetos, a remodelação das redes de água e saneamento da zona antiga de Peredo de Bemposta com 98.496,1€ e Bemposta com 83.303,81€.

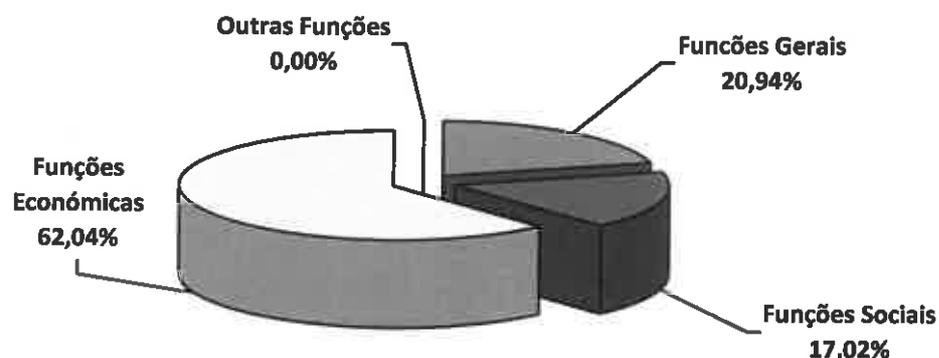
FUNÇÕES GERAIS

O valor pago com Funções Gerais totalizou 441.547,62 euros e que representa 17,02% do total sendo que a Administração Geral absorveu a totalidade da verba. Nestas rubricas constam os investimentos efetuados com a aquisição do equipamento para a Casa das Associações, a aquisição de duas viaturas ligeiras usadas no valor de 45.006,50€, a requalificação das ex escolas primárias do concelho no valor de 103.537,88 euros e no apetrechamento de diversos serviços, incluindo a aquisição de todo o equipamento administrativo, informático e outro necessário ao regular funcionamento da instituição.

Temos ainda que fazer referência ao valor de 99.531,00€, transferido por imposição legal, para o Fundo de Apoio Municipal.

Assim o Plano Plurianual de Investimentos e relativamente à classificação funcional, ficou distribuído da seguinte forma:

Repartição Funcional do P.P.I. - 2016



1.2.3.2. Plano de Atividades Municipal

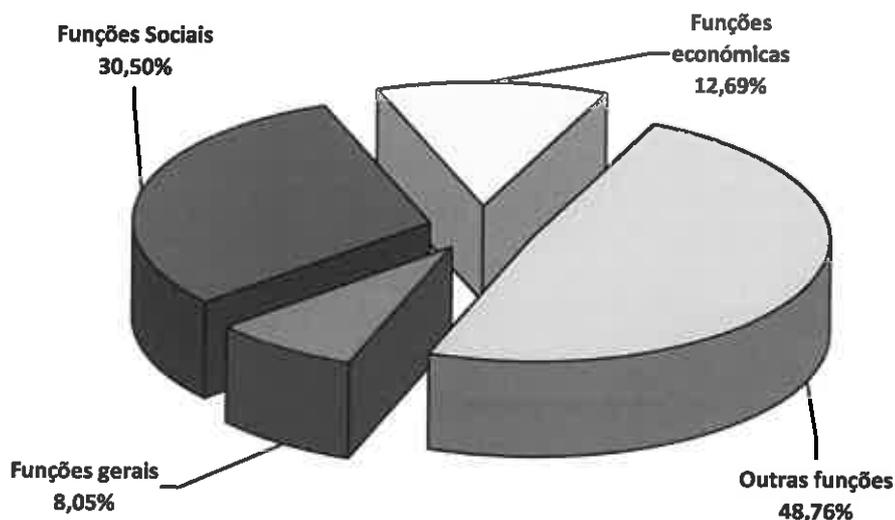
A dotação da despesa prevista em Plano de Atividades Municipais - PAM (dotação inicial), ascendia a 3.350.693,00€, correspondendo à soma dos montantes afetos aos Planos de Atividades de cada área do Município.

Ao longo do ano, os mesmos sofreram reforços e anulações de dotações, por forma a acompanhar a execução das atividades planeadas e outras, entretanto, surgidas.

As referidas modificações foram feitas ao abrigo das alterações orçamentais elaboradas e aprovadas nos termos legais, do que resultou que, a dotação corrigida do PAM fosse no final do ano de 3.182.193,00€, atingindo no final do ano, uma taxa de execução de 86,75% (2.760.679,92€).

No gráfico seguinte, espelhamos a execução da despesa do PAM por classificação funcional ao longo de 2016 que no seu conjunto totalizam 2.760.679,92 euros.

Repartição funcional do P.A.M - 2016



Ao nível das Funções Globais da Autarquia e contrariamente ao que aconteceu no P.P.I., a que revelou ter mais expressão em 2016 foi o grupo das "Outras funções", onde se destaca a rúbrica de "operações de dívida"



autárquica" com pagamentos de 710.427,12€ e as "Transferências entre Administrações" no total de 635.816,49€, onde se inserem as transferências efetuadas às Juntas de Freguesia do Concelho, conforme mapa seguinte:

<i>Transferência para as Juntas de Freguesia</i>			
<i>Entidades</i>	<i>Transferências</i>		
<i>Freguesias</i>	<i>Correntes</i>	<i>Capital</i>	<i>Total</i>
<i>Azinhoso</i>	<i>21.105,00</i>	<i>30.000,00</i>	<i>51.105,00</i>
<i>Bemposta</i>	<i>36.710,06</i>		<i>36.710,06</i>
<i>Bruçó</i>	<i>10.101,72</i>		<i>10.101,72</i>
<i>Brunhoso</i>	<i>11.445,08</i>		<i>11.445,08</i>
<i>Castelo Branco</i>	<i>24.514,78</i>		<i>24.514,78</i>
<i>Castro Vicente</i>	<i>21.741,20</i>		<i>21.741,20</i>
<i>Meirinhos</i>	<i>15.551,95</i>	<i>4.772,89</i>	<i>20.324,84</i>
<i>Paradela</i>	<i>12.848,18</i>	<i>3.500,00</i>	<i>16.348,18</i>
<i>Penas Roias</i>	<i>22.587,18</i>		<i>22.587,18</i>
<i>Peredo de Bemposta</i>	<i>13.488,88</i>		<i>13.488,88</i>
<i>Saldanha</i>	<i>17.180,80</i>		<i>17.180,80</i>
<i>São Martinho do Peso</i>	<i>31.531,13</i>		<i>31.531,13</i>
<i>Tó</i>	<i>9.586,22</i>		<i>9.586,22</i>
<i>Travanca</i>	<i>12.888,25</i>	<i>10.000,00</i>	<i>22.888,25</i>
<i>Urrós</i>	<i>17.173,50</i>		<i>17.173,50</i>
<i>Vale da Madre</i>	<i>9.795,77</i>		<i>9.795,77</i>
<i>Vila de Ala</i>	<i>19.583,60</i>		<i>19.583,60</i>
<i>União de Freguesias, de Brunhosinho, Castanheira e Sanhoane</i>	<i>20.662,77</i>	<i>20.000,00</i>	<i>40.662,77</i>
<i>União de Freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar do Rei</i>	<i>40.550,88</i>		<i>40.550,88</i>
<i>União de Freguesias de Remondes e Soutelo</i>	<i>24.450,08</i>	<i>10.219,00</i>	<i>34.669,08</i>
<i>União de Freguesias de Vilarinho dos Galegos e Ventozelo</i>	<i>22.947,50</i>		<i>22.947,50</i>
<i>Ministério das Finanças</i>	<i>15.692,92</i>		<i>15.692,92</i>
TOTAIS	432.137,45	78.491,89	510.629,34

Note-se que existe um valor de 15.692,92 euros atribuído às Freguesias, transferido diretamente pela Autoridade Tributária ao abrigo da alínea a) do n.º.1 do artigo 23º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro inerentes a 1% da receita de IMI sobre os prédios rústicos.

Em segundo lugar com 841.908,69€ e uma taxa de execução de 81,48%, surgem as "Funções Sociais", onde se incluem a Educação, a Saúde, a Segurança e ações sociais a Habitação e serviços coletivos e a Cultura.

Neste conjunto destacam-se a Habitação e serviços coletivos onde se inserem os "resíduos sólidos" relativos á limpeza e recolha de lixo que por si só totalizam 517.610,04€ e correspondem a 61,48% deste agregado, os "Serviços Culturais, Recreativos Culturais e Religiosos" com 230.304,98€ desagregada pelos setores da "Cultura" 143.450,98 euros, cujo destaque vai para os subsídios atribuídos às Associações no valor de 86.500,00€ e pelo "Desporto, Recreio e Lazer" com 86.854,00€ onde o programa "Red Burros", absorve a maior fatia com 31.760,98 euros gastos. Para a "Ação Social" foram canalizados 71.333,47€, destinados na sua maioria ao pagamento de acordos de cooperação com IPSS, e ainda ao apoio á compra de medicamentos e habitação social.

As "Funções Económicas", com 350.265,88€ surgem em terceiro lugar do total gasto (12,69%) e com uma taxa de execução de 90,39%. Deste volume, destacam-se os 97.043,81€ do grupo "Indústria e Energia" destinados ao apoio á criação de emprego e 253.222,07€ do grupo "Comércio e Turismo", cuja repartição foi feita essencialmente pela promoção da Feira dos Gorazes através da Associação de Comerciantes com a atribuição de 75.000,00 euros, os 66.209,77€ gastos com o festival da Terra Transmontana e os 33.774,19€ para a Feira Franca dos Produtos da Terra/Amendoeiras em Flor.

As "Funções Gerais" surgem em último lugar com um total de 222.261,74€, o que representa 8,05% do total do Plano das Atividades Municipais. O valor deste grupo que teve uma taxa de execução de 95,40%, foi transferido quase na totalidade aos Bombeiros Voluntários de Mogadouro (99,67%) para pagamento aos Operadores de Central e da Equipa de Intervenção Permanente num total de 109.940,16 euros e ainda dos protocolos celebrados com aquela instituição no valor de 111.582,19 euros.

2. ENDIVIDAMENTO

A elaboração e análise da informação financeira do Município para além de uma obrigação decorrente do normativo legal é também uma fonte primordial de informação no sentido de apoiar as decisões do Órgão Executivo.

Limites Legais

Toda a Administração Pública está sujeita ao princípio da estabilidade orçamental, a qual consiste numa situação de equilíbrio ou excedente orçamental. Cada subsetor, no caso a Administração Local, devem contribuir para esse equilíbrio de forma proporcional.

No âmbito da estratégia de consolidação orçamental definida pelo Governo, foram consagradas medidas de apertado controlo do endividamento municipal. Embora a Lei das Finanças Locais, consagre as normas que estabelecem limites máximos ao endividamento municipal, anualmente, têm vindo a ser estatuídas na Lei do Orçamento de Estado (LOE) normas e limites mais restritivos à capacidade de endividamento de cada município, face aos objetivos traçados, em termos de metas orçamentais do Programa de Assistência Económica e Financeira.

A entrada em vigor da nova Lei das Finanças Locais (Lei nº 73/2013 de 3 de setembro), em 01/01/2014, trouxe uma mudança substancial do conceito de

endividamento municipal. O enfoque do controlo, deixou de estar centrado no endividamento líquido e no endividamento de médio e longo prazo, introduzindo-se o conceito de dívida total de operações orçamentais do município, o qual engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais (n.º 2 do art.º 52.º da referida LFL).

Estabelece o n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que "a dívida total de operações orçamentais do município, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores".

A violação do disposto no n.º 1 do mesmo artigo (excesso de endividamento à data de 31/12 de cada ano), determina uma redução de pelo menos 10% do montante em excesso até que aquele limite seja cumprido e caso cumpra o limite previsto, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

Também o Orçamento do Estado de 2016, Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março no seu n.º 4 do artigo 55.º, estabelece que no caso de incumprimento, há lugar à retenção, no montante equivalente ao do valor em falta, da receita proveniente das transferências do Orçamento do Estado até ao limite previsto no artigo 39.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

No entanto, para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, nos termos do n.º 1 do art.º 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, são relevantes as seguintes entidades:

a) Os serviços municipalizados e intermunicipalizados;

- b) *As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais;*
 c) *As empresas locais e participadas;*
 d) *As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município;*
 e) *As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total.*

Ora, no caso do município de Mogadouro e depois de analisados os dados da Direcção-Geral das Autarquias Locais - DGAL, nomeadamente, os que constam da Ficha do Município no Portal Autárquico, retratamos no quadro seguinte, o limite de endividamento do município para o ano de 2016:

Receita corrente líquida				Média da Receita Corrente Líquida dos 3 últimos anos	Limite da dívida total
2013	2014	2015	Total		
10.101.821€	11.125.052€	11.094.851€	32.321.724€	10.773.908€	16.160.861,78€

Sendo a capacidade de endividamento de 16.160.861,78€, o mapa seguinte reflete a situação do Município entre 1 de janeiro e 31 de Dezembro de 2016, verificando-se uma situação de cumprimento dos limites legalmente definidos:

Dívida Total					
Limite p/ 2016	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/ Ent.Part.	Dívida Total Excluindo não Orçamentais e FAM	Margem Absoluta	Margem utilizável (20%)
16.160.862	01 - janeiro - 2016				
	4.658.869	218.946	3.842.876	12.317.986	2.463.597
	31 - dezembro - 2016				
	3.946.370	201.944	3.178.510	12.982.351	2.596.470
Variação da dívida total					-17,29%

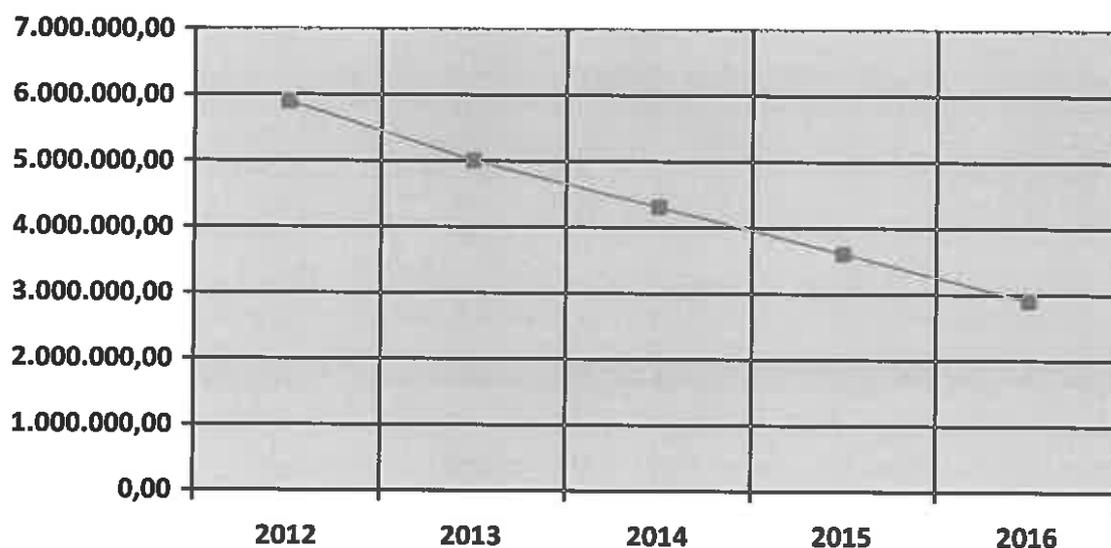
Tendo em conta o valor da dívida das entidades que de acordo com a Lei, contribuem para o endividamento municipal fixada a em 201.994 euros, face aos valores apresentados, a margem absoluta para o total da dívida é de 12.982.351€ (16.160.861 - 3.178.510).

Como atrás foi referido, as entidades cumpridoras onde o Município de Mogadouro se insere, podem aumentar a dívida em 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios, ou seja podemos aumentar a dívida em 2.596.470€ (12.982.351€ x 20%).

Evolução da Situação do Endividamento Bancário MLP

Gerência	2012	2013	2014	2015	2016
Total Capital em dívida de MLP	5.909.387,05	5.013.100,11	4.313.593,89	3.611.432,67	2.906.792,98

Conforme se pode verificar pelo quadro supra, entre 2012 e 2016, foram amortizados 3.002.594,07€, tendo o endividamento de MLP, reduzido cerca de 50%, durante este período, o que conforme o gráfico infra, nos mostra uma queda acentuada.



Dívida a Fornecedores e Pagamentos em Atraso:

A dívida de curto-prazo a fornecedores ascendia, em 1 de janeiro de 2016, de acordo com os mapas da DGAL, a 5.235,87€. A 31 de dezembro de 2016, os mesmos mapas indicam que a dívida era de 41.150,76€. Embora se registre uma ligeira subida, não foi por falta de disponibilidade financeira que a mesma ocorreu, mas sim por questões de funcionamento dos serviços competentes, na conferência dos documentos.

Quanto aos pagamentos em atraso (valores em dívida a fornecedores a mais de 90 dias para além da data de vencimento), manteve-se a situação de inexistência de pagamentos em atraso.

O prazo médio de pagamentos divulgado pela DGAL, relativo ao último trimestre de 2016, foi de 6 dias, sendo a 31 de dezembro de 2015 de 3 dias.

3. Despesas com o Pessoal

As Leis de Orçamento de Estado, dos últimos anos, têm vindo a definir os limites das despesas com o pessoal.

De acordo com informação da DGAL, na ficha do Município relativa ao 4º trimestre de 2016, a redução de pessoal ao serviço foi de 2,21%, o que correspondeu a uma redução de 3 colaboradores. O nº de colaboradores a 31 de dezembro de 2016 passou a ser de 133.

4. Poupança Corrente

A poupança corrente cifrou-se em 2.792.541,79€ (valor superior em cerca de 500.000 euros em relação de 2015), traduzida no rácio financeiro de expressão da atividade municipal Receitas Correntes/Despesas Correntes, que regista o resultado de 131,5%, apresentando-se garantido o princípio do equilíbrio orçamental conforme al. e) do ponto 3.1.1 do POCAL, segundo o qual "o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes".



Encontra-se, igualmente, cumprido o disposto no nº 2 do art.º 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que refere "a receita bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo".

<i>Receita Corrente Cobrada Bruta</i>	<i>Despesa Corrente 2016</i>	<i>Amortização Média de Empréstimos MLP</i>	<i>Despesa Corrente + Amortização Média de Empréstimos MLP</i>
11.653.088,79€	8.860.537,00€	685.751,31€	9.546.288,31€

5. Fluxos de Caixa e Operações de Tesouraria

O mapa colocado aquando da abordagem dos principais indicadores da Gestão Orçamental relativa aos fluxos de caixa, sintetiza a execução orçamental, dando-nos a conhecer todos os recebimentos e pagamentos, quer de operações orçamentais, quer de operações de tesouraria. Apenas de referir que a diferença registada entre os recebimentos com o saldo anterior incluído (13.255.681,45€) e pagamentos orçamentais (12.362.475,97) efetuados durante o ano 2016, ascendeu a 893.205,48€, montante que acrescentado ao saldo da gerência anterior, permite um saldo para a gerência seguinte de 2.571.486,50€.

SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	2.116.032,13 €	DESPESAS ORÇAMENTAIS	12.362.475,97 €
<i>Execução Orçamental</i>	1.678.281,02 €	<i>Correntes</i>	8.860.357,00 €
<i>Operações de Tesouraria</i>	437.751,11 €	<i>Capital</i>	3.501.938,97 €
RECEITAS ORÇAMENTAIS	13.255.681,45 €	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	587.789,99 €
<i>Correntes</i>	11.653.088,79 €	SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	3.043.633,90 €
<i>Capital</i>	1.599.602,18 €	<i>Execução Orçamental</i>	2.571.486,50 €
<i>Outras</i>	2.990,48 €	<i>Operações de Tesouraria</i>	472.147,40 €
OPERAÇÕES DE TESOURARIA	622.186,28 €		
TOTAL	15.993.899,86 €	TOTAL	15.993.899,86 €

A título de Operações de Tesouraria foram recebidos, durante 2016, 622.186,28€ aos quais acresce o saldo de gerência do ano anterior a este título,

no montante de 437.751,11€. Saíram 587.789,99€, pelo que resultou um saldo para a gerência seguinte no montante de 472.147,40€.

Consideram-se Operações de Tesouraria, as cobranças que os serviços municipais realizam para entidades terceiras, nomeadamente, Autoridade Tributária, ADSE, CGA, IGFSS, Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, Sindicatos e outras Instituições. Trata-se portanto de entradas e saídas de fundos, feitas à margem do orçamento, sendo objeto de movimentação contabilística apenas no sistema da contabilidade patrimonial.

V - ANÁLISE PATRIMONIAL

1. Evolução da Situação Económica e Financeira

O ponto 2.6 do POCAL integra os princípios orçamentais e contabilísticos, as regras previsionais, os critérios de valorimetria, bem como os documentos previsionais e os de prestação de contas.

A análise seguinte, que dá ênfase à situação económico-financeira, sintetiza os resultados alcançados pelo Município de Mogadouro no decurso da sua atividade entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2016 e a sua situação patrimonial e financeira nesta última data. Para melhor compreensão destes indicadores, tal exercício deverá ser efetuado em articulação com as demonstrações financeiras e respetivas notas ao Balanço e Demonstração de Resultados. Todas as peças constantes no presente documento foram elaboradas nos termos do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais - POCAL, de modo a facultar o conhecimento integral e exato da composição do património, bem como dos direitos e obrigações da autarquia. Nesse sentido, as análises que se apresentam nas próximas páginas visam, permitir uma leitura cabal e fiável da realidade económica e financeira da Autarquia à data do encerramento do exercício.

1.1. Análise ao Balanço

O balanço, enquanto documento contabilístico de base financeira, espelha a situação patrimonial da Autarquia à data do fecho de contas. Nesse âmbito, e de modo a facilitar análise das três massas patrimoniais que o compõe, nomeadamente o ativo, os fundos próprios e o passivo, apresentam-se de seguida alguns elementos elucidativos, todos eles elaborados com base no balanço sintético do Município. O sistema contabilístico que, em termos de estrutura e de mapas finais, é similar à contabilidade das empresas privadas, normalmente designada por contabilidade geral ou financeira. Os mapas mais importantes, normalmente denominados como principais peças contabilísticas, são o Balanço, a Demonstração de Resultados e correspondentes anexos. Este modelo de contabilidade local, deve conter instrumentos de análise tão completos quanto possível ao nível do seu património e da sua evolução, devendo os princípios, as regras e os procedimentos contabilísticos ser organizados de modo a que a contabilidade da Autarquia concretize os seguintes objetivos:

- *Proporcionar a elaboração do balanço, revelando a composição e valor do património, bem como a sua evolução;*
- *Fornecer a informação económica e financeira necessária para a tomada de decisões, políticas e de gestão;*
- *Fornecer a informação necessária para a elaboração das estatísticas económicas e financeiras;*
- *Possibilitar o exercício do controlo da legalidade, da eficácia e da boa gestão dos dinheiros públicos;*
- *Possibilitar o controlo do imobilizado e do endividamento*
- *Determinar os resultados do exercício, colocando em evidência os custos e os proveitos dos serviços.*

Esta informação deve ser compreensível aos que a desejem analisar e avaliar, sendo a sua utilidade determinada pela observância dos seguintes requisitos:

➤ *Fiabilidade, entendida como a qualidade que a informação deve ter, de estar liberta de erros materiais e de juízos prévios, mostrando apropriadamente as operações e outros acontecimentos de acordo com a sua substância e realidade económica;*

➤ *Relevância, entendida como a qualidade que a informação tem de influenciar as decisões dos seus utentes, ao facilitar a análise dos acontecimentos passados, presentes e futuros ou a confirmar ou corrigir as suas avaliações, o que determina até que ponto estas são materialmente úteis;*

➤ *Comparabilidade, entendida com um duplo sentido: por um lado, a divulgação e quantificação dos efeitos financeiros de operações e de outros acontecimentos que devem ser registados de forma consistente pela entidade e durante o tempo, para identificarem tendências; por outro lado, as entidades devem adotar a normalização, vista como a adoção por todas as entidades de um sistema de contas e de princípios contabilísticos idêntico, a fim de se conseguir a comparabilidade entre elas.*

Desta forma, o resultado final será a obtenção de demonstrações financeiras geralmente descritas como apresentando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do resultado das operações da entidade, evidenciando como decorreu o processo de gestão da Autarquia e o modo como foram utilizados os recursos.

O balanço é normalmente elaborado e reportado à data de encerramento do exercício económico, regra geral coincidente com o ano civil, e tem como finalidade refletir a posição financeira e patrimonial da Autarquia com os ativos,

os passivos e os fundos próprios do Município devidamente agrupados e classificados.

Os ativos constituem todos os bens e direitos adquiridos pela Autarquia.

Assim temos:

- Um decréscimo de 3,12% do Ativo Total, devido essencialmente à componente Imobilizado que decresceu 4,44%, apesar do Ativo Circulante ter aumentado 36,63%.

- O Imobilizado composto pelos elementos do património da Autarquia que têm carácter permanente e não destinados a venda representa 95,80% do Ativo, e o ativo Circulante 4,20%:

- No âmbito do Ativo Imobilizado, os Bens de Domínio Público, apresentaram um crescimento negativo (-6,30%) representando 40,00% do total do imobilizado, as Imobilizações Incorpóreas baixaram também 29,34% e representam 0,31% do total, tendo-se passado o mesmo com as imobilizações corpóreas que, sendo a maior fatia do Imobilizado com 54,64%, registaram uma variação negativa de 3%, enquanto os investimentos financeiros que representam 0,85% do total não sofreu qualquer variação:

- No contexto do Ativo Circulante, composto pelas disponibilidades e pelos bens e direitos com realização prevista a curto prazo, como é o caso das existências e das dívidas a receber, de registar que apenas as Existências (0,23% do Ativo) tiveram uma variação negativa de 1,75% enquanto as Disponibilidades que representam 3,66% do total do Ativo tiveram um forte crescimento de 43,84%, os Acréscimos e Diferimentos que visa dar cumprimento ao princípio da especialização dos exercícios ou do acréscimo com um aumento de 17,09%, e as dívidas de terceiros de curto prazo com um crescimento de 2%:

Passando à análise do Capital Próprio e Passivo, de registar as seguintes variações face a 2015:

Capital Próprio:

O passivo, que representa, à data de encerramento das contas, a totalidade das obrigações da autarquia para com terceiros e que são reflexo de acontecimentos passados, regista o seguinte:

- A manutenção do peso dos Fundos Próprios (66,51%) face ao Passivo (33,49%);

- Redução em 11,74% nos Resultados Transitados;

- Redução de 131,8% no Resultado Líquido do Exercício;

- Aumento de 0,03% nos subsídios.

Passivo:

- Redução em 24,24% na conta dívida a terceiros Médio e Longo Prazo e que corresponde às dívidas cuja exigibilidade de pagamento ocorra num período superior a um ano; enquadrando-se nesta rubrica, as dívidas resultantes de empréstimos a instituições financeiras;

- Diminuição da Dívida a Terceiros de Curto Prazo em 2,85%, que corresponde às dívidas cuja exigibilidade de pagamento ocorra num horizonte temporal nunca superior a um ano, enquadrando-se nesta rubrica as dívidas a fornecedores, fornecedores de imobilizado e outros credores e ainda por força da imposição da DGAL, o reconhecimento do montante de capitalização do FAM), embora o mesmo não releve para o limite da dívida total. No caso do Município de Mogadouro, o montante, a capitalizar durante 7 anos (2015/2021), ascende a 696.718,98€, tendo já decorrido 2 anos.

No global, a evolução patrimonial da Autarquia no ano de 2016 permite-nos concluir que o total do ativo líquido da câmara municipal totaliza

83.094.821,41€ registando portanto um decréscimo de 2.595.788,38€ face ao ano de 2015. Como já é hábito, a redução resulta do elevado valor das amortizações que no ano em apreço, regista o valor de 6.863.233,11€, ou seja um valor superior ao investimento realizado durante o ano em análise.

Com um valor superior ao de 2015 surge a rubrica de utentes, com 155.951,19€, e que representam as dívidas resultantes da prestação de serviços de água, saneamento e resíduos e outros serviços para com o Município.

Quanto ao Passivo exigível, que comporta a dívida a terceiros de curto prazo, o valor da dívida a fornecedores é de 39.797,76€ relativa a faturas prontas a pagar.

Durante o ano 2016 o valor dos empréstimos de Médio Longo Prazo registou um decréscimo de 704.669,69€, que corresponde ao valor pago em amortizações de capital.

Salienta-se o facto de o município apresentar em 31/12/2016, disponibilidades de 3.043.633,90 euros, das quais 2.571.486,50 euros, são operações orçamentais.

Do cruzamento dos mapas contabilísticos com o cadastro fiscal, conclui-se que havia alguns imóveis por registar no Património, que por falta de custo de aquisição ou avaliação, procedeu-se á regularização do Inventário pelo valor patrimonial constante no respetivo artigo matricial, designadamente a casa de artesanato (artigo U-3428), prédio urbano em Valcerto (U-857), sanitários públicos na rua Santa Margarida (U-3427), curralada com arrecadação e garagem (U-3061), terreno rústico sito na Maneta (R-98-F), 4/5 de parcela de terreno rústico da Sacoia (R175-B), 1/18 avos de parcela de terreno rústico nas Eiras (R-249-E), terrenos rústicos na Sacoia (R-108-A e R-109-A).

**Síntese da Estrutura do Balanço**

ATIVO	2015	%	2016	%	Variação
Imobilizado	83.134.176,88€	97,02%	79.601.916,64€	95,80%	-4,44%
Bens de domínio Público	35.333.391,92€	41,24%	33.238.866,72€	40,00%	-6,30%
Imobilizações Incorpóreas	336.979,96€	0,39%	260.531,91€	0,31%	-29,34%
Imobilizações Corpóreas	46.760.595,04€	54,57%	45.399.308,05€	54,64%	-3,00%
Investimentos Financeiros	703.209,96€	0,82%	703.209,96€	0,85%	0%
Circulante	2.556.432,91€	2,98%	3.492.904,77€	4,20%	36,63%
Existências	194.532,76€	0,22%	191.188,11€	0,23%	-1,75%
Dívidas de Terceiros Curto Prazo	197.504,24€	0,23%	201.454,27€	0,24%	2,00%
Disponibilidades	2.116.032,13€	2,47%	3.043.633,90€	3,66%	43,84%
Acréscimos e diferimentos	48.363,78€	0,06%	56.628,49€	0,07%	17,09%
TOTAL DO ATIVO	85.690.609,79€	100%	83.094.821,41€	100%	-3,12%

Fundos Próprios e Passivos	2015	%	2016	%	Variação
Fundos Próprios	56.302.183,40€	65,70%	55.270.432,94€	66,51%	-1,87%
Património	16.067.419,56€	18,75%	16.067.419,56€	19,34%	0
Subsídios	18.719.205,81€	21,85%	18.725.379,04€	22,53%	0,03%
Doações	300,00€	0	300,00€	0	0
Resultados Transitados	24.152.685,55€	28,18%	21.614.997,68€	26,01%	-11,74%
Resultado Líquido do Exercício	-2.637.427,52€	-3,08%	-1.137.663,34€	-1,37%	-131,8%
Passivo	29.388.426,39€	34,30%	27.824.388,47€	33,49%	-0,3%
Dívidas a Terceiros- Médio e Longo Prazo	3.611.432,67€	4,22%	2.906.762,98€	3,50%	-24,24%
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	1.047.436,21€	1,22%	1.018.409,15€	1,23%	-2,85%
Acréscimos e diferimentos	24.729.557,51€	28,86%	23.899.216,34€	28,76%	-3,47%
Total dos Fundos Próprios e Passivo	85.690.609,79€	100%	83.094.821,41€	100%	-3,12%

1.2. Análise à Demonstração de Resultados:

A Análise terá agora como principal abordagem a Demonstração de Resultados, peça financeira que agrupa e classifica por natureza, os vários tipos de custos e proveitos, que ocorrem num determinado período de tempo, por regra coincidente com o exercício económico, facultando a interpretação do desempenho do Município, e da sua atividade nesse período.

Pela diferença entre as rubricas de proveitos e as rubricas de custos que ocorreram ao longo do exercício de 2016, apura-se o resultado do exercício (Proveitos - Custos = Resultados), sendo ainda possível obter resultados em função da sua natureza, sejam eles operacionais, financeiros, extraordinários e líquidos.

Pela análise do quadro seguinte, podemos verificar que, face ao ano transato, se assistiu a uma redução dos Custos e Perdas em 116.852,89 euros (-0,73%), significando que o Município suportou a sua atividade normal com menos custos.

Em contraponto, os Proveitos e Ganhos apresentam tendência contrária, tendo aumentado 1.382.911,29 euros, face a 2015 o que corresponde a uma variação positiva de 10,33%.

O Resultado Líquido do Exercício cifrou-se no valor negativo de 1.137.663,34€, menos 131,83% do que o registado em 2015.

Apresentamos, de seguida, um mapa resumo da Demonstração de Resultados, no qual, para além de podermos conhecer o peso percentual de cada Conta no contexto dos Custos e Perdas e dos Proveitos e Ganhos, podemos verificar a variação percentual relativamente ao ano anterior.

Síntese da Demonstração de Resultados

Custos e Perdas	2015	%	2016	%	Variação
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	518.096,80€	3,23%	435.948,51€	2,74%	-18,84%
Fornecimentos e Serviços Externos	4.259.985,01€	26,58%	4.360.988,75€	27,41%	2,37%
Custos com Pessoal	2.661.696,74€	16,60%	2.663.516,14€	16,74%	0,07%
Transferências e Subsídios Correntes	1.206.864,50€	7,53%	1.257.635,82€	7,91%	4,21%
Amortizações do exercício	7.066.442,14€	44,09%	6.863.233,11€	43,13%	-2,96%
Provisões do exercício	0		0		
Outros custos operacionais	22.437,49€	0,14%	62.013,80€	0,39%	176,38%
Custos e Perdas Financeiras	19.764,65€	0,12%	8.566,94€	0,05%	-130,71%
Custos e Perdas Extraordinárias	273.575,11€	1,71%	259.773,48€	1,63%	-5,31%
Total de Custos e Perdas	16.028.862,44€	100%	15.912.009,55€	100%	-0,73%
Resultado Líquido Exercício	-2.637.427,52€		-1.137.663,34€		131,83%
	13.391.434,92€		14.774.346,21€		10,33%

Proveitos e Ganhos	2015	%	2016	%	Variação
Prestações de Serviços	1.002.746,73€	7,49%	1.020.391,69€	6,91%	1,76%
Impostos e Taxas	1.034.673,17€	7,73%	1.222.966,62€	8,28%	18,19%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0	0
Proveitos Suplementares	0	0	0	0	0
Transferências e subsídios obtidos	9.189.708,54€	68,62%	9.354.257,73€	63,31%	1,79%
Proveitos e Ganhos Financeiros	522.458,39€	3,90%	789.331,61€	5,34%	51,08%
Proveitos Extraordinários	1.641.848,09€	12,26%	2.387.398,56€	16,16%	45,41%
Total Proveitos e Ganhos	13.391.434,92€	100%	14.774.346,21€	100%	10,33%

Em termos globais, comparando Custos e Perdas com Proveitos e Ganhos, verifica-se um saldo negativo uma vez que, os primeiros foram

superiores aos segundos, cuja diferença é traduzida por um Resultado Líquido do Exercício negativo, como já foi dito.

Analisada a estrutura da Demonstração de Resultados, no global, verificam-se alterações pouco significativas, na repartição do peso percentual de cada uma das contas que a integram, quer ao nível de "Custos e Perdas", quer ao nível do "Proveitos e Ganhos".

Ao nível dos "Custos e Perdas", de registar a diminuição de 18,84% no "Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas" dos "Custos e Perdas Extraordinárias" em 5,31% e dos "Custos e Perdas Financeiras" em 130,71% embora estas últimas com valores reduzidos, em contrapartida do aumento das "Transferências, Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais" de 4,21% dos, "Fornecimentos e Serviços Externos" em 2,37%, e os "Outros Custos Operacionais" com 176,38%. Os "Custos com o Pessoal" mantêm-se praticamente iguais (+0,07%).

As "Amortizações do Exercício" com 43,13%, contribuem com a maior fatia dos "Custos e Perdas", seguindo-se em ordem de importância os "Fornecimentos e serviços externos" com 27,41% e os "Custos com Pessoal" com 16,74%.

Quanto aos "Proveitos e Ganhos", de registar que todos os itens tiveram variações positivas, destacando-se o aumento dos "Proveitos e Ganhos Financeiros" em 51,08% e dos "Proveitos Extraordinários" em 45,41%, e os "Impostos e Taxas" em 18,19%. Registaram também aumentos, embora que ligeiros as "Transferências e Subsídios Obtidos" em 1,79% e as "Prestações de Serviços" em 1,76%.

Repartidos os "Custos e Perdas", por Operacionais, Financeiros e Extraordinários, os primeiros representam 98,31% dos custos e perdas

incurridos em 2016, seguindo-se os Custos e Perdas Financeiros, que representaram apenas 0,06% e os Custos e Perdas Extraordinários com 1,63%.

Quanto aos "Proveitos e Ganhos", constata-se que os Proveitos e Ganhos Operacionais registaram 78,50% do total, cabendo aos Proveitos e Ganhos Financeiros 5,34% e aos Proveitos Extraordinários os restantes 16,16%.

Agrupados e classificados por natureza, os vários tipos de custos e proveitos, a demonstração de resultados oferece uma síntese financeira dos resultados operacionais e não operacionais da Autarquia, os quais se dividem da seguinte forma:

Operacionais: obtidos pelo balanceamento entre os custos operacionais e os proveitos operacionais;

Financeiros: obtidos pelo balanceamento entre os custos financeiros e os proveitos financeiros;

Correntes: obtidos pela soma dos dois resultados anteriores (operacionais + financeiros);

Extraordinários: obtidos pelo balanceamento entre os custos extraordinários e os proveitos extraordinários;

Líquidos: obtidos pela aglutinação dos resultados correntes com os extraordinários.

No ano 2016 o município apresentou resultados operacionais negativos no valor de 4.045.720,09 € ou seja menos 462.674,15€ que em 2015.

Ao contrário, os resultados financeiros, foram positivos em 780.431,67€ e os extraordinários em 2.127.625,08 euros.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos termos do ponto n.º 2.7.3. do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, a aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo órgão deliberativo do Município mediante proposta do órgão executivo.

O mesmo ponto determina que os resultados negativos devem ser cobertos pelas reservas, se existentes, e na sua falta, devem transitar em conta.

Assim sendo, propõe-se que o resultado negativo 1.137.663,34€, transite em conta á semelhança dos resultados de anos anteriores.



ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

(De harmonia com o ponto 8.1 do POCAL e ponto III da Resolução n.º 4/2001-2.ª secção do Tribunal de Contas - D.R.II série, n.º 191, de 18/08/2001)

8.1.1. - Identificação:

- *Município de Mogadouro*
- *Número de Identificação Fiscal: 506851168*
- *Morada: Largo do Convento - 5200-244 - MOGADOURO*
- *Telefone / Fax - 279 340 100 - 279 341 874*
- *MAIL - geral@mogadouro.pt*
- *Regime Financeiro: Autonomia Administrativa e Financeira e em termos de IVA a autarquia, aplica o regime da Afetação Real de periodicidade trimestral.*
- *N.º de Eleitores em 2016: 10.912 - D.R. n.º 43, II Série de 01/03/2017*

8.1.3. - Estrutura Organizacional

	<i>Data da aprovação</i>	<i>Data de publicação</i>	<i>Diário República</i>
<i>Estrutura Orgânica</i>	<i>21 de dezembro de 2012</i>	<i>17 de janeiro de 2013</i>	<i>N.º 12 - II Série</i>
<i>Mapa de Pessoal</i>	<i>Câmara</i>	<i>Assembleia</i>	
	<i>26/11/2013</i>	<i>20/12/2013</i>	

8.1.4. - Descrição sumária das atividades:

O Município de Mogadouro é uma autarquia que visa a prossecução de interesses próprios das populações respetivas, cujas atividades são direcionadas à concretização das atribuições e competências que lhe estão legalmente conferidas pela Lei 75/2013 de 12 de Setembro, cujas atividades desenvolvidas durante o ano se encontram descritas nos Relatório de Gestão.

8.1.5.- Recursos Humanos – Órgão Executivo

De 1 de janeiro a 31 de dezembro

- *Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães*
- *António Joaquim Pimentel*
- *Evaristo António Neves*
- *João Manuel dos Santos Henriques*
- *Joana Filipa Vicente Silva*
- *Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo Neves*
- *Virgínia Cordeiro Gomes Vieira*

Desempenharam funções, em regime de permanência, os eleitos:

No período de 1 de janeiro a 31 de dezembro:

- *Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães - Presidente*
- *Evaristo António Neves - Vice-Presidente*
- *Joana Filipa Vicente Silva - Vereadora*
- *Virgínia Cordeiro Gomes Vieira - Vereadora*

8.1.6. - Organização Contabilística:

Os serviços de Contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada na Divisão Administrativa e Financeira, utilizando diariamente a aplicação POCAL da Medidata-Engenharias e Sistemas, S.A.. Os registos e demais procedimentos são efetuados num único sistema integrado capaz de fornecer informação adequada de acordo com os princípios e normas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (Decreto-Lei 54-A/99 de 22 de

Fevereiro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de Fevereiro).

8.1.7.- Outra informação (conforme Resolução n.º 4/2001)

Indicadores de Gestão:

<i>Fundo de Equilíbrio Financeiro</i>	<i>8.489.695,00€</i>
<i>Fundo Social Municipal</i>	<i>177.796,00€</i>
<i>Participação fixa no IRS</i>	<i>130.718,00€</i>
<i>Receitas Correntes no ano anterior ao da gerência em apreciação</i>	<i>11.098.467,00€</i>
<i>Despesas de investimento no ano anterior ao da gerência em apreciação</i>	<i>5.556.249,73€</i>
<i>Despesas com pessoal do quadro</i>	<i>2.189.459,50€</i>
<i>Despesas com pessoal em qualquer outra situação</i>	<i>458.303,00€</i>

Ações Inspetivas:

- *Data da última ação: 28/11/2005*
- *Período abrangido: 01/07/2000 a 28/11/2005*
- *Entidade: I.G.A.T.*
- *N.º Processo: S.P.40800*

Sem relatório concluído por ter sido exercido o contraditório, decorreu uma inspeção levada a cabo pela I.G.A.L. que abrangeu vários períodos de acordo com exposição apresentada tendo início a 26/05/2011 e término a 03/08/2011 à qual foi atribuído o n.º. de processo S.P.40800-IO/2011.

Serviços Municipalizados:

- *Esta entidade não tem Serviços Municipalizados.*

Regulamentos/Diretivas/Internas:

- *Regulamento de Controlo Interno aprovado em 23/03/2004.*

*Documentos de Gestão:*

	<i>Data de Aprovação pelo Órgão Executivo</i>	<i>Data de Aprovação Órgão Deliberativo</i>
<i>Grandes Opções do Plano - 2016</i>	<i>27 de outubro de 2015</i>	<i>18 de dezembro de 2015</i>
<i>Orçamento para 2016</i>	<i>27 de outubro de 2015</i>	<i>18 de dezembro de 2015</i>
<i>Documentos de Prestação de Contas</i>		

8.2 NOTAS AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**8.2.1 Derrogação das disposições do POCAL**

A presente prestação de contas é constituída, para além dos documentos que se encontram definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro - POCAL, - por um conjunto de outros não previstos no diploma legal supra referido, mas impostos pela Resolução n.º 04/2001- 2.ª Secção do Tribunal de Contas.

Todos os documentos foram elaborados sem prejuízo do legalmente estabelecido, para que estes reflitam uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Autarquia.

O POCAL, obriga á existência simultânea e interligada de três sistemas contabilísticos designadamente a orçamental; a patrimonial e a de custos, em harmonia com os princípios contabilísticos geralmente aceites e expressos no ponto 3.2 do POCAL "Princípios e Regras".

Aqui, pode-se colocar como exceção os procedimentos estabelecidos quanto à aplicação de uma contabilidade de custos, cuja estrutura ainda não está implementada no Município de Mogadouro, porque para o seu pleno funcionamento, é necessário ter as aplicações de POCAL; aprovisionamento:

pessoal; gestão de imobilizado; máquinas e viaturas e gestão de atividades a trabalhar de forma integrada, o que ainda não acontece.

8.2.3 – Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rúbricas do balanço, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente com as Existências, o Imobilizado e as Amortizações:

8.2.3.1 Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas

O Ativo inclui os bens e direitos do Município, bem como os acréscimos e diferimentos - (acréscimos de proveitos e custos diferidos) e encontra-se estruturado em três grupos.

As Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas estão contabilizadas pelo respetivo valor histórico de aquisição ou de produção.

Para efeitos de atualização e avaliação dos bens do Imobilizado Corpóreo e dos Bens do Domínio Público da Autarquia e em cumprimento das disposições previstas no ponto 4.2 do POCAL "Existências", foi aprovado pela Assembleia Municipal de 30/06/2000, o Regulamento de Inventario e Cadastro do Património Municipal, que estabelece as regras, critérios, métodos e procedimentos para a inventariação e valorização dos bens do Município.

As amortizações são calculadas no último dia do ano, em função da vida útil de cada tipo de ativo e pela aplicação das taxas de depreciação preconizadas pelo CIBE através do método das quotas constantes, conforme artigo 26º do Regulamento da Autarquia.

O imobilizado em curso está valorizado de acordo com o grau de acabamento e faturação das obras, transitando apenas os seus valores para o Imobilizado Corpóreo, após a receção provisória das obras.

Algumas rubricas do balanço sofrerem grandes alterações comparativamente com o ano anterior, principalmente pelas amortizações bem como pelas obras executadas durante o ano.

Houve ainda bens imóveis cuja vida útil foi aumentada devido a intervenções que sofreram.

No que respeita aos bens móveis, relacionados com bens que se tornaram inoperacionais, foram abatidos alguns bens no valor total de 2.595,05€.

Os Investimentos Financeiros (Partes de Capital e obrigações a títulos de participação) foram contabilizados pelo custo de aquisição e indicação da DGAL respetivamente.

Bens do domínio público

Os bens do domínio público com o valor líquido de 33.238.866,72€, registaram uma quebra de 2.094.525,20€ em relação ao ano anterior, resultante do aumento do valor das amortizações.

Imobilizações Incorpóreas

Este item, que regista o software informático e outras despesas e que têm uma elevada taxa de amortização, cujo valor é amortizado em 3 anos, regista uma diminuição de 76.448,05€ em relação ao ano de 2015.

Imobilizações corpóreas

Este capítulo, sendo o que contribui com a maior fatia do Ativo, regista o valor de 45.399.308,05€, com aumentos nas rubricas de terrenos, equipamento administrativo e outras imobilizações corpóreas e diminuições nos edifícios e outras construções, equipamento básico, equipamento de transporte, ferramentas e utensílios e imobilizações em curso e apresentando no total, uma diminuição de 1.361.286,99€.

Investimentos Financeiros – Partes de Capital

A rubrica de "Partes de Capital" regista o valor de 703.209,96€, sendo que 6.490,98€, são relativos à participação no Laboratório Regional de Trás-os-Montes (3.740,98 €); e Resíduos do Nordeste (2.750,00 €) e 696.718,98€ ao Fundo de Apoio Municipal.

O mapa detalhado das Amortizações e Provisões, diz-nos que as amortizações acumuladas registam um aumento, em termos absolutos de 5.907.306,54€ face a 2015, apresentando no final do ano, o saldo final de 75.108.718,61€. Durante o ano em análise verificam-se 6.975.462,45€ de Amortizações e 1.068.155,91€ de Regularizações.

8.2.3.2 Amortizações e provisões

As imobilizações corpóreas estão valorizadas pelos valores de aquisição /produção, líquido das reintegrações acumuladas, e sujeitas a amortizações calculadas pelo método das quotas constantes, tendo sido aplicadas as taxas previstas no CIBE (Classificador Geral Integrado no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.

Ativo Circulante, representa os bens e os direitos cuja realização deve ter lugar no próprio exercício e é composto por três grupos - Existências, Dívidas a receber e Disponibilidades;

8.2.3.3 Existências

Encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou de mercado. O custo de aquisição inclui os gastos necessários para as colocar no seu estado atual.

O critério valorimétrico das saídas de existências é o custo médio ponderado, tendo sido utilizado o sistema de inventário permanente.

Não foram constituídas provisões para depreciação de existências, conforme o preceituado no princípio da prudência.

No final do ano, o armazém regista o valor de 191.188,11€, desagregado conforme o mapa seguinte refletido nas existências do Balanço, o que corresponde aos bens disponíveis em stock para em qualquer momento serem utilizados e ou aplicados na construção e manutenção da rede viária, rede de água e outros.

EXISTÊNCIAS - 2016	
<i>Ferramentas e utensílios de desgaste rápido</i>	<i>2.050,09€</i>
<i>Material de escritório</i>	<i>31.644,57€</i>
<i>Artigos para oferta</i>	<i>2.300,40€</i>
<i>Limpeza, higiene e conforto</i>	<i>5.333,11€</i>
<i>Material de transporte</i>	<i>99,81€</i>
<i>Material de educação, cultura e recreio</i>	<i>82,85€</i>
<i>Outros fornecimentos e serviços</i>	<i>148.446,22€</i>
<i>Produtos químicos</i>	<i>1.231,06€</i>
TOTAL	191.118,11€

Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
<i>Existências iniciais</i>		<i>194.532,76€</i>
<i>Compras</i>		<i>433.467,69€</i>
<i>Regularização de Existências</i>		<i>-732,12 €</i>
<i>Existências finais</i>		<i>191.188,11 €</i>
Custos no exercício		436.080,22 €

8.2.3.4 Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

Depósitos em instituições financeiras e Caixa

Depósitos em instituições financeiras- O valor de 3.041.726,69€, corresponde á disponibilidade em instituições financeiras, e refletidos no Resumo Diário da Tesouraria do último dia do ano. De referir que 472.147,40€ são referentes a operações de tesouraria principalmente cauções e ou reforços de garantia, significando portanto que este valor será restituído aos depositários aquando da conclusão das obras ou levantamento das cauções.

Caixa- O valor indicado nesta rubrica corresponde ao total dos meios de pagamento disponíveis na Tesouraria do Município e refletido no Resumo Diário de Tesouraria que no último dia do ano regista o valor de 1.907,21 €.

8.2.3.5 Dívidas de e a Terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira:

As dívidas de terceiros são evidenciadas pelos valores das respetivas operações, líquido das respetivas provisões acumuladas.

Utentes- O valor de 155.951,19€, corresponde à dívida pelo consumo de água por parte dos utentes relativo a recibos debitados no final do ano.

Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa - O valor de 10.162,10€, corresponde às dívidas sobre os quais existe incerteza de cobrança efetiva, sendo já receita virtual e sobre a qual já foi emitida certidão de dívida. Estas dívidas são expressas pela importância constante dos documentos que as titulam e registam um aumento de 783,90€ em relação a 2015.

Estado e outros entes públicos - O valor de 33.031,64€ representa o montante do IVA a reembolsar do Estado, constituindo portanto uma receita do Município para o próximo ano.

8.2.3.6 Acréscimos e diferimentos

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na observância dos princípios contabilísticos no POCAL, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos Acréscimos e Diferimentos que, no ativo, se desdobram em Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos. No passivo os acréscimos e diferimentos, subdividem-se em Acréscimos de Custos e Proveitos Diferidos.

8.2.4 - Cotações utilizadas para conversão na moeda “euro” das operações registadas em contas incluídas no Balanço e na Demonstração de Resultados originariamente exprimidas e moeda estrangeira.

Não existem.

8.2.5 Situações em que o resultado do exercício foi afetado:

- Por valorimetrias diferentes das previstas no capítulo 4 «Critérios de valorimetria»;

- Por amortizações do ativo imobilizado superiores às adequadas;

- Por provisões extraordinárias respeitantes ao ativo.

Não existem.

8.2.6 Comentário às contas 431 «Despesas de instalação» e 432 «Despesas de investigação e de desenvolvimento».

Os valores expressos na rubrica Despesas de investigação e de desenvolvimento contemplam os valores inerentes a estudos e projetos de infraestruturas.

PASSIVO

O passivo representa as obrigações presentes do Município e provenientes de acontecimentos passados. É constituído por três componentes, designadamente:

- Dívidas a Terceiros a Médio e Longo Prazo (empréstimos bancários);

- Dívidas a Terceiros a Curto Prazo - fornecedores de imobilizado e conta corrente; Estado e Outros Entes Públicos (Operações de Tesouraria e IVA) e Outros Credores (cauções e garantias bancárias e subsídios a outras entidades);

Património - Esta Conta reflete as variações do imobilizado, e altera apenas com a aplicação dos resultados pelo que o valor de 16.067.419,56€ não regista qualquer alteração.

Subsídios - Esta conta regista os subsídios recebidos a qualquer título, que não respeitem diretamente ao financiamento da despesa corrente nem ao financiamento de bens amortizáveis.

Os resultados transitados apresentam o valor final de 21.614.997,68€, ou seja uma diminuição de 2.537.687,87€ relativamente ao ano anterior.

Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo - O valor desta rubrica com 2.906.762,98€, diz respeito ao total da dívida com os empréstimos de médio e longo prazo contraídos nas várias instituições de crédito do capital utilizado até 31/12/2016, o qual comparativamente ao ano anterior, regista uma diminuição de 704.669,69€.

Dívidas a Terceiros – Curto Prazo

Fornecedores c/c e Fornecedores de Imobilizado c/c - Corresponde aos encargos assumidos e não pagos perante terceiros no montante global de 39.797,76€, o que representa um aumento de 38.032,46€ relativamente ao ano de 2015.

Outros Credores- O valor de 506.334,16€ corresponde ao valor cobrado pela Câmara a entregar a outras entidades e ao valor do Fundo de Apoio Municipal que não consideramos como dívida, por o valor estar incluído nas operações de tesouraria.

Garantias e Cauções- O valor global de 432.145,32€, corresponde ao total das cauções apresentadas, também refletidas nas operações de tesouraria e corresponde na sua maioria aos valores retidos pelo Município relativo a empreitadas.

Acréscimos e Diferimentos - A expressividade dos Acréscimos de Custos está basicamente vertida no valor contabilizado por via das remunerações a liquidar em 2017, cujo custo onera o exercício de 2016 (férias e subsídios de férias e os respetivos encargos sociais), bem como outras contingências expectáveis, que pelo facto de não terem sido refletidas na execução orçamental do ano 2016, foram consideradas no Balanço. Assim o montante de 328.324,31€ corresponde a esses direitos e é ligeiramente inferior ao do ano anterior.

Proveitos diferidos - Corresponde ao valor arrecadado sobre obras participadas pela Administração Central e Fundos Comunitários e regista uma diminuição de 820.951,90€ em relação ao ano anterior. O valor desta rubrica (23.570.892,03€) será movimentado na conta de proveitos conforme a contabilização das amortizações do imobilizado a que respeitam, mostrando que no decorrer de 2016, o valor recebido de fundos Comunitários foi inferior ao valor amortizado nas obras financiadas.

827- 828 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:

Ativo Bruto

Rúbricas	Saldo Inicial	Reavaliação/ Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferência e abates	Saldo Final
Bens de Domínio Público	71.633.352,07	0,00	1.171.926,00	0,00	91.802,56	72.897.080,69
Terrenos e recursos naturais	687.739,30	0,00	2.575,80	0,00	0,00	690.315,10
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infraestruturas:	70.764.506,76	0,00	32.577,55	0,00	994.094,53	71.791.178,84
Bens do património histórico, artist. e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	181.106,01	0,00	1.136.772,71	0,00	-902.291,97	415.586,75
Adiantamentos p/ conta de bens dom. público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações Incorpóreas	805.298,32	0,00	52.230,33	0,00	-37.761,01	819.767,64
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	395.305,32	0,00	0,00	0,00	6.457,50	401.762,82
Propriedade industrial e outros direitos	125,30	0,00	278,69	0,00	-100,00	303,99
Software Informático	247.801,70	0,00	23.846,14	0,00	53.358,99	325.006,83
Imobilizações em Curso	162.066,00	0,00	28.105,50	0,00	-97.477,50	92.694,00
Adiantamentos p/ conta de imobil. incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações Corpóreas	79.193.728,60	0,00	1.386.659,15	35.895,00	-253.915,79	80.290.576,96
Terrenos e recursos naturais	6.551.567,58	0,00	7.624,00	0,00	0,00	6.559.191,58
Edifícios e outras construções	54.527.770,65	0,00	130.335,29	0,00	923.552,43	55.581.658,37
Equipamento básico	11.646.698,89	0,00	56.793,85	0,00	-148.320,71	11.555.172,03
Equipamento de transporte	1.469.014,92	0,00	56.506,50	11.500,00	0,00	1.514.021,42
Ferramentas e utensílios	1.034.727,62	0,00	11.564,12	0,00	-331,32	1.051.960,42
Equipamento administrativo	1.477.604,53	0,00	58.997,33	24.395,00	48.417,29	1.560.624,15
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	1.527.930,61	0,00	64.712,72	0,00	140.131,23	1.732.774,56
Imobilizações em curso	958.413,80	0,00	994.125,34	0,00	-1.217.364,71	735.174,43
Adiantamentos p/ conta de imobil. corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos Financeiros	703.209,98	0,00	696.718,98	0,00	0,00	703.209,98
Partes de capital	6.490,98	0,00	0,00	0,00	0,00	6.490,98
Obrigações e títulos de participação	696.718,98	0,00	0,00	0,00	0,00	696.718,98
Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos p/ conta de invest. financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	152.335.588,95	0,00	2.610.815,54	35.895,00	-199.674,24	154.710.635,25

Amortizações e Provisões

Rúbricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
Bens do Domínio Público	36.299.960,15	4.191.727,92	833.474,10	39.658.213,97
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infraestruturas	36.299.960,15	4.191.727,92	833.474,10	39.658.213,97
Imobilizações Incorpóreas	468.318,36	128.678,38	37.761,01	559.235,73
Despesas de investigação e desenvolvimento	223.173,00	88.218,67	0,00	311.391,67
Propriedade industrial e outros direitos	125,30	0,00	0,00	125,30
Software Informático	245.020,06	40.459,71	37.761,01	247.718,76
Imobilizações Corpóreas	32.433.133,56	2.564.820,59	129.835,63	32.433.133,56
Edifícios e outras construções	17.230.819,03	2.081.175,48	0,00	19.311.994,51
Equipamento básico	11.268.746,58	166.444,12	147.114,55	11.288.076,15
Equipamento de transporte	1.087.509,86	83.616,75	11.500,00	1.159.626,61
Ferramentas e utensílios	649.531,98	100.957,91	1.815,56	748.674,33
Equipamento administrativo	1.282.475,19	109.852,42	30.088,94	1.362.238,67
Outras imobilizações corpóreas	914.050,92	113.009,47	6.401,75	1.020.658,64
Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	69.201.412,07	6.975.462,45	1.068.155,91	75.108.718,61

8.2.9 - Custos incorridos no exercício respeitantes a empréstimos obtidos para financiar Imobilizações

Os encargos de 5.677,43€ em juros, e 704.669,69€ em amortizações foram pagos na data dos respetivos vencimentos.

8.2.10 - Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado

Não se verificou a situação enunciada.

8.2.11 - Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações

Não se verifica a situação enunciada.

8.2.12 - Relativamente às imobilizações corpóreas e em curso, deve indicar-se o valor global, para cada uma das contas, de:

Imobilizações em poder de terceiros - Contratos de Arrendamento

Nome	Morada	Designação	NIF
Maria Aurélia Pestana Pinto	Bairro Fundo Fomento, 2	Habitação Social	127076352
Aníbal António Lopes	Bairro Fundo Fomento, 3	Habitação Social	152071539
Ana dos Santos Aires	Bairro Fundo Fomento, 5	Habitação Social	148489435
Lídia José Rodrigues	Bairro Fundo Fomento, 6	Habitação Social	186160879
Natália Amelia Calvo Madaleno	Bairro Fundo Fomento, 9	Habitação Social	122836553
António dos Santos Fins	Bairro Fundo Fomento, 11	Habitação Social	132843374
José Joaquim Gomes	Bairro Fundo Fomento, 12	Habitação Social	144095599
Guilherme dos Santos Vaz	Bairro Fundo Fomento, 17	Habitação Social	156345510
Júlia Jesus Vicente Lázaro	Bairro Fundo Fomento, 21	Habitação Social	191821144
António Júlio Miguel	Bairro Fundo Fomento, 22	Habitação Social	134235967
Carolino dos Santos Picote	Bairro Fundo Fomento, 27	Habitação Social	140836861
José dos Santos Ribeiro	Bairro Fundo Fomento, 30	Habitação Social	177516763
José dos Santos Canhoto	Bairro Fundo Fomento, 31	Habitação Social	155592971
Inês de Fátima Vales	Bairro Fundo Fomento, 33	Habitação Social	181336987
Nuno Álvares Esperança	Bairro Fundo Fomento, 34	Habitação Social	163612420
Maria dos Anjos	Bairro Fundo Fomento, 35	Habitação Social	139878777
Alípio José Morgado Batista	Bairro Fundo Fomento, 36	Habitação Social	134235959
Maria Fernanda Batista Banj'Ali	Bairro Fundo Fomento, 37	Habitação Social	199906203
Irene Augusta Cordeiro	Bairro Fundo Fomento, 38	Habitação Social	165099399
Manuel da Graça	Bairro Fundo Fomento, 39	Habitação Social	168690799
Ramiro Norberto Monteiro	Bairro Fundo Fomento, 40	Habitação Social	102381305
Eduardo Miguel Mesquita Félix	Castro Vicente	Habitação Social	232381305
Moga Drink Bar Lda.	Casa das Artes	Bar	510619045
António Augusto Santos, Lda.	Central Camionagem	Escritório	502538813
Ana Cristina Estácio Tavares	Central Camionagem	Bar	217880819
Sociedade Funghal - Cogumelos de Portugal, Lda.	Zona Industrial	Cozinha Regional	506598640

*Imobilizações implantadas em propriedade alheia;**- instalações de apoio à casa do chá - Concelho da Fábrica da Igreja de**Mogadouro;*

- construção de balneários do polidesportivo do Variz - Freguesia de Penas Roias;

- requalificação de polidesportivos do concelho - Freguesias de Travanca, Paradela, Ventozelo, Meirinhos

8.2.13 - Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos

Em 31/12/2016, o não existe qualquer bem em regime de locação financeira.

8.2.14 - Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

As razões da impossibilidade de valorização dos bens do imobilizado, estão associadas à não existência de documentos de suporte e para os quais não foi possível atribuir um valor de mercado, nalguns casos porque são muito antigos e noutros porque os mesmos foram cedidos gratuitamente.

8.2.15 - Identificações dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.

Os bens de domínio público não sujeitos a amortização são designadamente terrenos e recursos naturais e outros imóveis de património natural, pelo facto de não estar definido no Decreto-lei nº 671/2000 de 10 de Março.

8.2.16 - Identificação das entidades participadas

Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício conforme a seguir se identificam:



Douro Superior Associação de Desenvolvimento
Av. Combatentes da Grande Guerra
5160-217- TORRE DE MONCORVO
Participação detida: 500,00€
Capital Próprio: 201.683,31€
Resultado do último exercício (2016): 15.373,59 €

Laboratório Regional de Trás-os-Montes
Complexo do Cachão
5370-132 - CACHÃO
Participação detida: 4,56%
Capital Próprio: 564.264,08€
Resultado do último exercício (2016): 53.035,76€

Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos
Av. Combatentes da Grande Guerra
5160-217- TORRE DE MONCORVO
Participação detida: 6.000,00€
Capital Próprio: 810.585,72€
Resultado do último exercício (2016):-78.966,50€

IAREN-Instituto da Água da Região Norte
Rua Dr. Eduardo Torres, 229
4450-113 - MATOSINHOS
Participação detida: 299,28€
Capital Próprio: 2.172.962,18€
Resultado do último exercício (2016): -187.313,43€

Associação de Municípios Terra Fria Nordeste Transmontano
Rua Visconde da Bouça
5301-903 - Bragança
Participação detida - 52.576,44€
Capital Próprio: 139.587,44€
Resultado do último exercício (2016): -14.861,93€

Associação Nacional de Municípios Portugueses
Av. Marnoco e Sousa, 52
3004-511 - Coimbra
Participação detida - 4.781,35€



Capital Próprio: 2.004.164,94 €
Resultado do último exercício (2015): 39.020,77€

Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.
Castelo de Santiago da Barra
4900-360 - VIANA DO CASTELO

Participação detida: 1.500,00€
Capital Próprio: 6.379.633,81€
Resultado do último exercício (2015): 820.472,13€

Associação de Municípios do Baixo Sabor
Rua Manuel Seixas, n.º 9
5160-290 - Torre de Moncorvo

Participação detida: 2.840,53€
Capital Próprio: Não Identificado
Resultado do último exercício: Não identificado

Territórios do Côa, Associação de Desenvolvimento Regional
Av. Heróis de Castelo Rodrigo, n.º 59
6440-113 - Figueira Castelo Rodrigo

Participação detida: 5.000,00€
Capital Próprio: 336.021,24€
Resultado do último exercício (2015): -11.480,29€

Agência de Energia de Trás-os-Montes
Avenida dos Aliados, 9
5400- Chaves

Participação detida: 6.741,51€
Capital Próprio: 2.108,87€
Resultado do último exercício (2015): 1.747,45€

Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás os Montes
Rua Visconde da Bouça, Ap. 238
5300-318 - Bragança

Participação detida: 9.950,00€
Capital Próprio: 69.509,62€
Resultado do último exercício (2015): -82.830,65€

Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Duero-Douro

Plaza Egidio S/N

37173 Trabanca

Participação detida: 1.000,00€

Capital Próprio: 364.183,15€

Resultado do último exercício (2016): 0,00€

8.2.17 Títulos Negociáveis e outras aplicações de Tesouraria

Relativamente aos elementos incluídos nas contas "Títulos Negociáveis" e "Outras Aplicações de Tesouraria", terão de mencionar, quando aplicável, a sua natureza, entidades, quantidades e valores do Balanço:

Da análise ao Balanço e às Demonstrações Financeiras, tal não é aplicável, pois a conta 18.1 "Aplicações Financeiras" em 31/12/2016 apresenta-se saldada.

8.2.18 - Discriminação da conta «Outras aplicações financeiras», com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valores de balanço.

Em 31/12/2016 não existiam Outras Aplicações Financeiras.

8.2.19 - Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Não existem.

8.2.20 - Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou de mercado.

Não existem.

8.2.21 - Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não existem.

8.2.22 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

No ano 2016, foram feitas provisões para cobranças duvidosas por existirem dívidas de terceiros em mora há mais de seis meses. O valor total da provisão ascende a 768,23€.

8.2.23 - Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local.

Não existem.

8.2.24 - Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.

Não é aplicável pela análise feita e demonstrada ao Balanço e às Demonstrações Financeiras.

8.2.25 - Discriminação das dívidas incluídas na conta «Estado e outros entes públicos» em situação de mora.

Não existem dívidas ao Estado em mora.

8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa:

Código e designação das contas	Saldo da gerência anterior		Movimento anual		Saldo para a gerência seguinte	
	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor
Garantias e cauções		1.177.215,46€	61.853,31€	54.911,66€		1.170.273,81€
Recibos para cobrança	31.702,65€		84.469,61€	82.917,48€	33.254,78€	
Total	31.702,65€	1.177.215,46€	143.655,22€	137.829,14€	33.254,78€	1.170.273,81€

As responsabilidades por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança encontram-se identificados no mapa de contas de ordem.

O Município deu as receitas municipais (consignação de receita) como garantia, às seguintes entidades:

Garantias – Outras Garantias

<i>Instituição Bancária</i>	<i>Data Início</i>	<i>Data Fim</i>	<i>Tipo Garantia</i>	<i>Montante Contratado</i>
CGD	06/03/2009	05/09/2017	Consignação da Receita Municipal	10.000,00 €
CGD	28/10/2008	27/04/2017	Consignação da Receita Municipal	1.000,00 €
CGD	28/10/2008	27/10/2017	Consignação da Receita Municipal	2.000,00 €
CGD	02/04/2012	02/04/2017	Consignação da Receita Municipal	5.000,00 €
CGD	28/10/2008	27/04/2017	Consignação da Receita Municipal	2.000,00 €
CGD	04/06/2015	04/06/2017	Consignação da Receita Municipal	1.000,00 €
CGD	06/03/2009	05/09/2017	Consignação da Receita Municipal	7.500,00 €
CGD	06/03/2009	05/09/2017	Consignação da Receita Municipal	2.000,00 €

Para assegurar o reembolso do capital e o pagamento dos juros e dos demais encargos dos empréstimos, o Município deu como garantia às instituições de crédito as receitas municipais que não se encontrem legalmente consignadas, nomeadamente:

Garantias – Empréstimos Bancários

<i>Instituição Bancária</i>	<i>Empréstimo n.º</i>	<i>Tipo Garantia</i>	<i>Valor Dívida 31/12/2016</i>
CGD	42476091	Consignação da Receita Municipal	624.443,93 €
CGD	21606091	Consignação da Receita Municipal	28.857,25 €
CGD	46498091	Consignação da Receita Municipal	421.425,54 €
CGD	21622091	Consignação da Receita Municipal	29.361,15 €
CGD	21584091	Consignação da Receita Municipal	56.559,65 €
CGD	21630091	Consignação da Receita Municipal	71.498,28 €
CGD	32367091	Consignação da Receita Municipal	234.524,18 €
CGD	21592091	Consignação da Receita Municipal	14.339,05 €
CGD	49470091	Consignação da Receita Municipal	511.786,05 €
CCAM	39840562	Consignação da Receita Municipal	111.999,83 €
CCAM	46025417	Consignação da Receita Municipal	18.226,48 €
CCAM	36254663	Consignação da Receita Municipal	25.972,09€
CCAM	61285996	Consignação da Receita Municipal	757.769,50 €

8.2.27 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte:

<i>Código das contas</i>		<i>Saldo Inicial</i>	<i>Aumento</i>	<i>Redução</i>	<i>Saldo Final</i>
19	Provisões para aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para cobranças duvidosas	22.324,45€	768,23€	0,00	23.092,68€
292	Provisão para riscos de encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Provisões para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00

8.2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 «Fundo patrimonial», constantes do balanço.

Fundos Próprios e Passivo	Exercícios	
	2016	2015
51 Património	16.067.419,56€	16.067.419,56€
55 Ajust. de partes de capital em empresas	0,00	0,00
56 Reservas de Avaliação	0,00	0,00
Reservas:	0,00	0,00
571 Reservas legais	0,00	0,00
572 Reservas estatutárias	0,00	0,00
573 Reservas contratuais	0,00	0,00
574 Reservas livres	0,00	0,00
575 Subsídios	18.725.379,04€	18.719.205,81€
576 Doações	300,00€	300,00€
577 Reservas decorrentes de transf. Ativos	0,00	0,00
59 Resultados transitados	<u>21.614.997,68€</u>	<u>24.152.685,55€</u>
Subtotal-----	56.408.096,28€	58.939.610,92€
Resultado líquido do exercício	-1.137.663,34€	-2.637.427,52€
Total dos Fundos Próprios	55.270.432,94€	56.302.183,40€

As variações verificadas na rubrica de Fundos Próprios, estão diretamente relacionadas com a acumulação do resultado líquido do exercício.

8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, como segue:

Movimentos	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	0,00	194.532,76€
Compras	0,00	433.467,69€
Regularizações de existências	0,00	-732,12€
Existências Finais	0,00	191.188,11€
Custo no Exercício		436.080,22€

8.2.30 - Demonstração da variação da produção

Não aplicável.

8.2.31 - Demonstração dos resultados financeiros:

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2016/12/31	2015/12/31			2016/12/31	2015/12/31
681	Juros Suportados	5.677,43	16.700,64	781	Juros obtidos	36,00	1.631,95
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortização de investimento imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de Imóveis	782.477,43	520.826,44
684	Provisões p/ aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de Participações capital	6.818,00	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferença de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Desc. de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros Custos e perdas financeiras	3.222,51	3.064,01	787	Ganhos nas aliena. aplicaç. Tesouraria	0,00	0,00
				788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
Subtotal		8.899,94	19.764,65	Total			
Resultados Financeiros		780.431,67	502.693,74				
Total		789.331,61	522.458,39			789.331,61	522.458,39

8.2.32 Demonstração dos resultados extraordinários:

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2016/12/31	2015/12/31			2016/12/31	2015/12/31
691	Transferências capital concedidas	216.811,22	256.369,76	791	Restituição de Impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	7.640,00	792	Recuperação de Dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	863,93	1.353,83	793	Ganhos em existência	0,00	0,00
694	Perdas em imobilizações	2.595,05	3.948,84	794	Ganhos Imobilizações	5.199,02	14.221,14
695	Multas e Penalidades	1.903,59	240,00	795	Benefícios penal. contratuais	12.347,69	12.721,10
696	Aumentos Amortizações Provisões	40,46	0,00	796	Reduções Amortiz. Provisões	773.396,31	702,17
697	Correções relativas a exercícios anteriores	204,78	290,42	797	Correções relativas a exercícios anteriores	23.924,59	26.725,88
698	Outros Custos e Perdas Extraordinárias	36.586,22	3.732,26	798	Outros Proveitos e Ganhos Extraordinário	1.572.530,95	1.587.477,80
Subtotal		259.005,25	273.575,11	Total			
Resultados Extraordinários		2.128.393,31	1.368.272,98				
Total		2.387.398,56	1.641.848,09			2.387.398,56	1.641.848,09

*Encargos com o Revisor Oficial de Contas:*

2015	2016
6.642,00€	6.642,00€

Em anexo encontram-se os seguintes mapas:

- *Balanço*
- *Demonstração de Resultados*
- *Demonstração de Resultados Financeiros*
- *Demonstração de Resultados Extraordinários*
- *Ativo Bruto*
- *Amortizações e Provisões*
- *Mapa Geral dos Bens Móveis Abatidos*
- *Mapa dos bens sem valorização*
- *Mapa de Imobilizações em curso*
- *Resumo da Execução da Receita e Despesa*
- *Mapa de Controlo Orçamental da Receita*
- *Mapa de Controlo Orçamental da Despesa*
- *Fluxos de Caixa*
- *Mapa de Operações de Tesouraria*
- *Mapa das Contas de Ordem*
- *Caracterização da entidade*
- *Mapa dos Empréstimos*
- *Contratação Administrativa - Situação dos Contratos*
- *Síntese das Reconciliações Bancárias*
- *Relação Nominal de Responsáveis*
- *Execução das Grandes Opções do Plano*
- *Execução do Plano Plurianual de Investimentos*
- *Execução do Plano de Atividades Municipais*
- *Modificações às Grandes Opções do Plano*
- *Modificações ao Orçamento da Receita e da Despesa*
- *Mapa de Outras Dívidas a Terceiros*
- *Mapa de Transferências Correntes - Receita*
- *Mapa das Transferências de Capital - Receita*
- *Mapa de Transferências Correntes - Despesa*
- *Mapa das Transferências de Capital - Despesa*
- *Relação dos encargos assumidos e não pagos*



- *Resumo Diário de Tesouraria*
- *Fundos de Maneio*
- *Mapas das Reconciliações bancárias*
- *Notas demonstrativas com respetivas certidões*
- *Declaração agregada de recebimentos em atraso*
- *Mapa das Participações em Entidades não Societárias*
- *Mapa das Participações em Entidades Societárias*
- *Declaração nos termos da Resolução n.º 44/2015 do Tribunal de Contas*
- *Mapa das Existências em Armazéns*
- *Mapa de inventário*